

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS

BRUNA GOMES

**TURISMO SUSTENTÁVEL: ANALISANDO IMPACTOS NA COMUNIDADE EM UM
ESTUDO DE CASO NOS CAMINHOS RURAIS DE PORTO ALEGRE**

PORTO ALEGRE
2013

BRUNA GOMES

**TURISMO SUSTENTÁVEL: ANALISANDO IMPACTOS NA COMUNIDADE EM UM
ESTUDO DE CASO NOS CAMINHOS RURAIS DE PORTO ALEGRE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Ciências Administrativas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Administração.

Orientador: Prof. Dr. Luis Felipe M. Nascimento

PORTO ALEGRE

2013

BRUNA GOMES

TURISMO SUSTENTÁVEL: ANALISANDO IMPACTOS NA COMUNIDADE EM UM ESTUDO DE CASO NOS CAMINHOS RURAIS DE PORTO ALEGRE

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Ciências Administrativas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Administração.

Orientador: Prof. Dr. Luis Felipe M. Nascimento

Conceito Final:

Aprovado em de de

BANCA EXAMINADORA

Prof.(a) Examinador(a)

Orientador – Prof. Dr. Luis Felipe Machado do Nascimento - UFRGS

PORTO ALEGRE

2013

A todos aqueles que, assim como eu, acreditam na educação, especialmente, na
educação pública, gratuita e de qualidade.

A minha mãe, Inez Martins, por ter acreditado em mim, sempre; por todos os ensinamentos e incentivos durante toda a vida; por me ensinar a lutar pelos meus objetivos e a nunca desistir deles; por todo apoio e intenso amor durante esses cinco anos de formação e, em especial, durante esse tempo todo de pesquisa.

AGRADECIMENTOS

A Deus, Força Maior, que me deu a oportunidade de realizar essa graduação, de compartilhar conhecimento com profissionais excelentes, de conhecer pessoas maravilhosas e de fazer grandes amizades.

Aos meus familiares, aos meus dois maravilhosos pais, Gilmar Gomes e Tião Santos e, especialmente, a minha mãe, Inez Martins, pela essencial participação na minha vida acadêmica e pessoal, por me mostrar o caminho do bem, por todo amor e dedicação, pela vida. Obrigada por ser minha melhor amiga, por acreditar em mim. Com certeza, essa conquista é muito mais tua do que minha, mãe!

Aos meus amigos, conquistados durante a faculdade, por todos os trabalhos em equipe, por todas as conversas construtivas e, essencialmente, pela alegria diária. Vocês não só me ensinaram a ser alguém melhor como também me fizeram mais feliz.

A amiga-irmã que a UFRGS me deu de presente, Mariane Camboim, por todos os momentos maravilhosos durante esse período, pelo incentivo e apoio, por cada conversa, cada choro e cada riso. Não teria sido tão especial sem a tua amizade, Mari.

Aos meus colegas nos três estágios que realizei durante a graduação, por todo aprendizado construído, pela vivência do trabalho em equipe e por todas as oportunidades de crescimento profissional e pessoal que me proporcionaram.

Aos professores e colaboradores dessa Universidade, em especial da Escola de Administração, pela atenção, dedicação e tempo despendidos.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Luis Felipe Machado do Nascimento, por ter despertado em mim o gosto pela Gestão Ambiental e por ter acreditado nesta pesquisa e em minha capacidade.

A mestrandia Patrícia Tometich pelo incansável apoio e pela constante colaboração para a realização deste trabalho. Obrigada por além do teu auxílio, obrigada por tua amizade, Pati.

*E fez, o criador, a natureza
Fez os campos e florestas
Fez os bichos, fez o mar
Fez por fim, então, a rebeldia
Que nos dá a garantia
Que nos leva a lutar
Pela terra, terra (...).*

Fernando Anitelli

RESUMO

A sustentabilidade no setor turístico vem sendo cada vez mais desenvolvida em prol de um turismo onde a preservação do ambiente esteja aliada ao desenvolvimento econômico e social da comunidade. A presente pesquisa aborda os conceitos de turismo sustentável e de Turismo de Base Comunitária (TBC) e suas aplicações em um estudo de caso no Roteiro Turístico Caminhos Rurais de Porto Alegre. O objetivo é analisar o impacto da criação desse roteiro na comunidade local, identificar a participação comunitária, verificar se houve mudanças na atividade original dos proprietários rurais e o complemento financeiro que essa atividade turística traz para os empreendedores.

Foram realizadas entrevistas com a Secretaria de Turismo de Porto Alegre, com a Cooperativa de Formação e Desenvolvimento Turístico (COODESTUR), com a Associação Porto Alegre Rural – criada pela comunidade local – e com proprietários de um dos estabelecimentos participantes utilizando-se a técnica de triangulação com foco na origem do Roteiro e em suas implicações para a comunidade. Assim, foram cruzadas as respostas dessas entrevistas com a bibliografia já existente para identificar e analisar a prática efetiva do TBC no caso analisado.

Palavras-chave: Sustentabilidade. Turismo Sustentável. Turismo de Base Comunitária (TBC). Caminhos Rurais.

ABSTRACT

Sustainability in the tourism sector has been increasingly developed towards a tourism in which the preservation of the environment is coupled with the economic and social development of the community. This research addresses the concepts of sustainable tourism and community based tourism (CBT) and its applications in a case study in Tourist Guide Caminhos Rurais de Porto Alegre. The aim is to analyze the impact of the creation of this Guide in the local community, identify community participation, verify whether there were changes in the activity of the original landowners and the financial supplement that tourism brings to the manager.

Interviews were conducted with the Department of Tourism Porto Alegre, with Cooperative Training and Tourism Development (COODESTUR), with the Porto Alegre Rural Association - created by the local community - and owners of one of the participating establishments using the triangulation technique focusing on the origin of the Guide and its implications for the community. Thus, the answers were crossed with the existing literature to identify and analyze the effective practice of community-based tourism in the case analyzed.

Keywords: Sustainability. Sustainable Tourism. Community Based Tourism (CBT). Caminhos Rurais.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 - Resumo dos impactos socioculturais do turismo	19
Figura 1 - Prainha do Canto Verde.....	20
Quadro 2 - Eixos Temáticos e Matérias de Interesse.....	24
Quadro 3 - Perfil de Visitantes e Conhecimento do Roteiro Caminhos Rurais.....	28
Quadro 4 - Satisfação dos Visitantes do Roteiro Caminhos Rurais	29
Quadro 5 - Categorias analisadas.....	32
Figura 2 - Visitantes na Figueira da Granja Lia	35
Quadro 6 - Atrações da Granja Lia.....	36
Figura 3 - Refeitório.....	37
Figura 4 - Fogo de chão	38
Figura 5 - Área Externa	38
Figura 6 - “Museu” de Objetos Antigos.....	39
Figura 7 - “Museu” de Objetos Antigos.....	39
Quadro 7 – Resultados nas categorias analisadas	54

LISTA DE SIGLAS

COODESTUR – Cooperativa de Formação e Desenvolvimento Turístico

EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

IPTU – Imposto sobre a Propriedade predial e Territorial Urbana

ISO – International Organization for Standardization (Organização Internacional para Padronização)

ITR – Imposto sobre a propriedade Territorial Rural

OMT – Organização Mundial do Turismo

PNMT – Plano Nacional de Municipalização do Turismo

SEBRAE – Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

SMTUR – Secretaria de Turismo de Porto Alegre

TBC – Turismo de Base Comunitária

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
1.1 DEFINIÇÃO DO PROBLEMA.....	12
1.2 OBJETIVOS	13
1.2.1 Objetivo geral	14
1.2.2 Objetivos específicos	14
1.3 JUSTIFICATIVA DE PESQUISA	14
2 REVISÃO TEÓRICA	16
2.1 SUSTENTABILIDADE E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	16
2.2 TURISMO E O TURISMO SUSTENTÁVEL	18
2.3 TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA (TBC).....	21
2.3.1 Turismo de Base Comunitária em Porto Alegre – Roteiro Caminhos Rurais	27
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	30
3.1 TIPO DE PESQUISA.....	30
3.2 DESCRIÇÃO DO MÉTODO	30
3.3 INSTRUMENTOS E COLETA DE DADOS	31
4 O CASO	34
4.1 CAMINHOS RURAIS - CONTEXTUALIZAÇÃO	34
4.2 PROPRIEDADE GRANJA LIA	34
5 ANÁLISE	40
5.1 INICIATIVAS E PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA NA CRIAÇÃO DO ROTEIRO TURÍSTICO CAMINHOS RURAIS DE PORTO ALEGRE	40
5.2 IMPACTO DO TURISMO NA ATIVIDADE ORIGINAL E A SAZONALIDADE	42
5.3 INVESTIMENTO E CAPACITAÇÃO	44
5.4 IMPACTOS NO DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE ORIGINAL.....	46
5.5 VANTAGENS E DESVANTAGENS	47
5.6 COMERCIALIZAÇÃO DO ROTEIRO/ ATRATIVO E PRODUTO TURÍSTICO	49
5.7 PARTICIPAÇÃO DA COODESTUR NO PROJETO.....	51
5.8 TURISMO COMO COMPLEMENTO DE RENDA	52
5.9 CUMPRIMENTO DOS OBJETIVOS / PLANEJAMENTO.....	53
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	55
REFERÊNCIAS	57

ANEXO A – ROTEIRO COM EQUIPE GESTORA DO PROJETO.....	60
ANEXO B – ROTEIRO COM ATORES LOCAIS.....	61

1 INTRODUÇÃO

Evidenciar a questão da sustentabilidade na atividade turística é algo cada vez mais necessário para se buscar uma nova perspectiva que possibilite a preservação do ambiente natural ao mesmo tempo em que se desenvolve a comunidade. Os benefícios econômicos e sociais aliados à preservação do ambiente são a base para que a atividade turística seja desenvolvida de forma sustentável.

Em Porto Alegre, essa nova visão do turismo é aplicada no Roteiro Turístico chamado Caminhos Rurais, localizado na zona sul da cidade, região das estâncias do século XIX. A área, atualmente, é ocupada por pequenas propriedades que organizam a produção através da agricultura familiar e agroecológica, aliando a estas, as atividades turísticas e de comercialização da produção (PORTO, 2009). Os associados dos Caminhos Rurais oferecem rica diversidade de produtos e de serviços, apresentando desde hotelaria, oficinas de sustentabilidade e atividades culturais até produção de orgânicos, de vinhos, de frutas nativas e de cervejas artesanais. Assim, a comunidade local trabalha com o chamado Turismo de Base Comunitária (TBC) integrando as atividades turísticas à rotina das pessoas que seguem com sua cultura, suas atividades rurais, mantendo suas tradições ao mesmo tempo em que encantam os turistas e visitantes.

Ao presente trabalho interessa analisar as práticas desenvolvidas no roteiro Caminhos Rurais de Porto Alegre, buscando perceber os impactos do turismo nas atividades da comunidade, o que mais influencia nessa relação, quais as práticas de gestão que estão sendo aplicadas e de que maneira elas influenciam no desenvolvimento tanto financeiro quanto cultural e socioambiental da região.

1.1 DEFINIÇÃO DO PROBLEMA

A atual e crescente preocupação com a gestão dos recursos naturais e o desenvolvimento social atinge, cada vez mais, países e setores diversos da economia. Dentre eles, o setor de turismo tem uma especial relação com um modelo mais sustentável de gestão, pois, a necessidade de adaptação para que os recursos sejam preservados é inerente à sobrevivência e ao desenvolvimento das organizações e da população envolvida.

No setor turístico, é importante que haja um cuidado em perceber e praticar a sustentabilidade, pois, é possível que, não sendo assim, atividades sejam inviabilizadas pelo mau aproveitamento dos locais e pela degradação por parte de turistas, de empreendedores e de proprietários locais. Sobre isso, Jacobi (2003) afirma que a preocupação com o desenvolvimento sustentável traz a possibilidade de garantir mudanças sociopolíticas sendo, essas, não comprometedoras aos sistemas ecológicos e sociais que sustentam as comunidades. Dentro dessa combinação de turismo e de sustentabilidade, Mielke (2009) afirma que a atividade turística está em um processo de transformação em que os atuais turistas vislumbram mais do que qualidade nos serviços, eles buscam um tipo de turismo mais personalizado, com características diferenciadas comparadas ao turismo de massa. A troca de experiências com a comunidade de um destino turístico, as origens históricas do local e o desejo por melhor qualidade ambiental nos leva ao olhar desse “novo turista” e ao conceito de TBC.

O TBC surge em meados dos anos 70, se opondo ao turismo dito predatório que agrava a exclusão de grupos mais vulneráveis e acaba por mercantilizar a cultura (MITCHELL; MUCKOSY, 2008). É uma prática de Turismo que conta com a participação e o envolvimento da comunidade local. A comunidade mantém suas atividades, praticando o turismo de forma sustentável, agregando valor ao serviço oferecido, preservando o ambiente e gerando renda complementar à comunidade.

Na cidade de Porto Alegre, capital do Estado do Rio Grande do Sul, existe a prática do TBC nos chamados Caminhos Rurais, turismo promovido na Zona Sul da cidade. A partir desse novo contexto de busca por um turismo mais personalizado e dessa atual prática na cidade, percebemos que existe relação entre o turismo promovido e o desenvolvimento local. Assim, o questionamento que surge e ao qual esta monografia propõe discussão é o seguinte: “De que forma se estabelece a relação entre a prática do turismo nos Caminhos Rurais de Porto Alegre e o desenvolvimento da Comunidade local?”.

1.2 OBJETIVOS

A seguir são apresentados o objetivo geral e os objetivos específicos que buscam responder ao questionamento proposto por esta pesquisa.

1.2.1 Objetivo geral

Analisar os impactos da criação do Roteiro Turístico Caminhos Rurais de Porto Alegre no desenvolvimento da comunidade local.

1.2.2 Objetivos específicos

- a) Identificar a participação comunitária na criação do Roteiro Turístico Caminhos Rurais de Porto Alegre;
- b) Identificar as mudanças na Comunidade local, resultantes do Roteiro Turístico Caminhos Rurais de Porto Alegre;
- c) Verificar o impacto do turismo na atividade original dos proprietários de um empreendimento do Roteiro Turístico Caminhos Rurais de Porto Alegre
- d) Identificar a importância da atividade turística nos resultados financeiros de um empreendimento do Roteiro Turístico Caminhos Rurais de Porto Alegre.

1.3 JUSTIFICATIVA DE PESQUISA

De acordo com o site da Prefeitura de Porto Alegre e também conforme informações do site do Roteiro Caminhos Rurais, a cidade conserva 30% de seu território como área rural, sendo a segunda com maior espaço rural entre as capitais brasileiras. O território rural em uma zona intitulada também como “rururbana”, abrange 11 bairros da cidade e é nessa região que está localizado um dos destinos de TBC do Brasil, caracterizado pelo Roteiro Caminhos Rurais de Porto Alegre. Os Caminhos Rurais proporcionam ao público, aos turistas, a possível vivência de um turismo com características diferenciadas das do turismo de massa, e proporcionam, à comunidade local, um possível novo modelo de desenvolvimento. Busca-se entender a relação existente entre a prática do turismo no Roteiro e o desenvolvimento da Comunidade local. Para que haja esse entendimento, deve ser analisada a participação dos idealizadores do projeto e de seus envolvidos e percebidos os impactos desse tipo de turismo na Comunidade.

A importância dessa discussão está, especialmente, em perceber o desenvolvimento da comunidade local, a geração de renda e o quanto isso é resultado do turismo praticado pelos Caminhos Rurais de Porto Alegre e em analisar o quanto

esse tipo de turismo pode, ainda, se expandir e desenvolver a comunidade local. O estudo dessa relação entre turismo e desenvolvimento da comunidade aborda, inclusive, a questão social englobando qualidade de vida da comunidade envolvida e o respectivo crescimento do setor na cidade de Porto Alegre. Discutir a questão social e ambiental traz um novo entendimento aos administradores, colocando em foco a importância e a essencialidade do ecossistema local e prezando as três dimensões da sustentabilidade: economia, ambiente e sociedade.

2 REVISÃO TEÓRICA

Neste capítulo de Revisão Teórica serão analisados os principais conceitos necessários para a realização da análise empírica no Roteiro Turístico Caminhos Rurais de Porto Alegre, objetivada por essa pesquisa. O esclarecimento desses conceitos trará maior clareza para a melhor compreensão do tema.

Em um primeiro momento são analisados os principais critérios que definem *Sustentabilidade e o Desenvolvimento Sustentável*, suas características e seus efeitos na sociedade. Na sequência, é definido o *Turismo e o Turismo Sustentável* e suas implicações sendo, esse, setor em constante crescimento. Ainda, e por último, são apresentadas referências para a compreensão de uma importante vertente do turismo sustentável, foco desta pesquisa: o *TBC*.

2.1 SUSTENTABILIDADE E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável são questões muito comentadas nos últimos anos no âmbito econômico-administrativo. Sachs (2002) considerava essa onda de conscientização ambiental bastante recente mesmo podendo ser atribuída parcialmente ao choque produzido pelo lançamento da bomba atômica em Hiroshima e, paradoxalmente, à aterrissagem na Lua onde, respectivamente, se descobriu que a humanidade tinha alcançado poder técnico para destruir eventualmente toda a vida no nosso planeta e onde foi desperta a reflexão sobre a finitude do que então era denominada Espaço Terra.

Atualmente, a questão do Desenvolvimento Sustentável vem sendo discutida e abordada com frequência, pois, ser sustentável não se trata apenas de uma escolha e sim de uma necessidade. O real conceito de Sustentabilidade é, muitas vezes, diminuído e/ou distorcido sendo que, na verdade, ele é bastante complexo e envolve vertentes sociais, econômicas, culturais e ambientais. Segundo Cabrera (2009) é um conceito sistêmico no qual a palavra-chave é continuidade, objetivando que essas vertentes se mantenham em equilíbrio ao longo do tempo. Cabrera (2009) afirma, ainda, que quem primeiro usou esse termo foi a norueguesa Gro Brundtland que, em 1987, como presidente de uma comissão da Organização das Nações Unidas, publicou um livreto que relacionava meio-ambiente com progresso, contendo o conceito: "Desenvolvimento sustentável significa suprir as necessidades do presente

sem afetar a habilidade das gerações futuras de suprirem as próprias necessidades" (BRUNDTLAND, 1987 *apud* CABRERA, [2009]). Sobre isso, professor Cabrera afirma:

Parece que Gro Brundtland adivinhava a crise recente das economias do norte e já salientava o papel dos países emergentes, como Brasil, China e Índia. Para você, vale lembrar que a sustentabilidade se aplica a qualquer empreendimento humano, de um país a uma família. Toda atividade que envolve e aglutina pessoas tem uma regra clara: para ser sustentável, precisa ser economicamente viável, socialmente justa, culturalmente aceita e ecologicamente correta. (CABRERA, [2009]).

Nesse trecho, Cabrera (2009) deixa clara sua concordância com Brundtland (1987) e sua visão sobre a sustentabilidade se aplicar a qualquer empreendimento humano, seja de um país, seja de uma família. A complexidade e o equilíbrio das questões econômica, social, cultural e ecológica são essenciais para a efetividade da sustentabilidade aplicada em qualquer empreendimento. Sem esse equilíbrio não se alcança o desenvolvimento entendido como sustentável.

Em meio à compreensão dessa necessidade de equilíbrio, ainda há empresas que fazem uso dos conceitos de sustentabilidade apenas de forma superficial. Sobre a aplicação desses conceitos, Ruscheinsky (2004) fala a respeito da busca das empresas em melhorar sua imagem, utilizando, muitas vezes estrategicamente, palavras como "sustentável" e "sustentabilidade" e aderindo às ISO (*International Organization for Standardization* - Organização Internacional para Padronização) sem comprovar seu verdadeiro processo de desenvolvimento e seus respectivos impactos. Ruscheinsky (2004, p. 15) afirma:

(...) Ainda não passou a época em que acrescentar a palavra "ecológico" a um projeto agrícola, um programa científico ou um produto industrial assegura uma simpatia dos responsáveis por sua aprovação, pela destinação de recursos ou pela decisão de consumo. Ora, significa meio caminho andado, mesmo que o vínculo com a qualificação do meio ambiente, de fato, seja muito tênue ou mesmo inexistente. Com o tempo, o termo pode se desgastar e apresentar-se como insuficiente para a aceitação automática do projeto, do empreendedorismo, do produto ou dos fins almejados.

A partir dessa afirmação, podemos perceber que esses conceitos "ecológicos" estão, em alguns casos, propositalmente ou não, confusos ou perdidos por sua má ou inexistente utilização. Mesmo com casos desse tipo, atualmente, há o crescimento da busca pela eficiente aplicação desses conceitos, tanto por parte de organizações,

quanto por parte de indivíduos. O maior acesso à informação instiga pessoas a pensar (e a, conscientemente, proteger o futuro comum) remetendo ao sistêmico onde a economia, a cultura e o ambiente devem estar em constante equilíbrio.

A partir da análise desses autores, percebemos a sustentabilidade claramente definida como sistêmica onde o contexto local (cultura, economia, ambiente, política) interfere diretamente no desenvolvimento podendo esse ser ou não sustentável. A utilização dos recursos naturais de forma não agressiva ao ambiente, a preservação dos costumes e da cultura da comunidade envolvida e o crescimento econômico-social equilibrado são a marca do desenvolvimento sustentável em um empreendimento humano, seja ele qual for.

2.2 TURISMO E O TURISMO SUSTENTÁVEL

O Turismo, como setor em crescente desenvolvimento, não diferente dos demais, acompanha a temida perda de biodiversidade e de patrimônio natural do planeta. Se mal gerido, pode explorar e degradar intensamente o território, o ambiente e, inclusive, a comunidade local. A infraestrutura utilizada em um empreendimento turístico pode ser bastante agressiva ao ambiente podendo afetar a diversidade biológica e, inclusive, a cultura local.

No Quadro 1 é apresentado o esquema global dos impactos socioculturais do turismo elaborado pela Organização Mundial do Turismo (OMT):

Quadro 1 - Resumo dos impactos socioculturais do turismo

Fatores associados com o turismo	Impactos positivos	Impactos negativos
O uso da cultura como atração turística	Revitalização das artes tradicionais, festivais e línguas. Acréscimo das culturas tradicionais.	Mudança nas atividades tradicionais. Invasão da privacidade.
Contatos diretos entre turistas e moradores	Ruptura dos estereótipos negativos. Aumento das oportunidades sociais.	Aumento da comercialização. Introdução de doenças. Efeito demonstração.
Mudanças na estrutura econômica e papéis sociais	Maiores oportunidades econômico-sociais. Diminuição das desigualdades sociais.	Conflitos e tensão na comunidade. Perda da linguagem.
Desenvolvimento de infra-estruturas	Aumento das oportunidades de lazer.	Perda de acesso às atividades de recreio e lazer.
Aumento da população de turistas	Melhora das condições sanitárias, educação e melhora da qualidade de vida.	Congestionamento, multidão, aumento da criminalidade.

Fonte: OMT, 1997.

Analisando o Quadro 1, percebemos que o Turismo Sustentável surge para agregar o conceito de sustentabilidade ao setor turístico relatando uma nova visão do serviço prestado objetivando, assim, os aspectos positivos descritos pela OMT no quadro acima.

Com a necessidade de diminuir os impactos causados pelo turismo, a aplicação dos conceitos de sustentabilidade vem com o intuito de gerar valor cultural, econômico e ambiental criando um ambiente socioeconômico favorável às empresas que trabalham com o turismo e, também, à comunidade local.

Como exemplo da prática desse tipo de turismo, temos a Prainha do Canto Verde que é internacionalmente conhecida por sua luta pela terra. A comunidade localizada em Beberibe (120 km de Fortaleza) oferece pousadas, passeios de *buggy* e jangada, trilhas ecológicas e traslados para praias da região. A pesca e a agricultura são as atividades tradicionais, além do artesanato que, em sua maioria, é produzido por mulheres e jovens (PORTAL VIAGENS E TURISMO; 2012).

Figura 1 - Prainha do Canto Verde



Fonte: PORTAL VIAGENS E TURISMO (2012).

Desde 1993 as lideranças comunitárias discutiam a questão da chegada do turismo ao local, percebendo que seria inevitável. Estavam conscientes de que se não planejada, a atividade traria sofrimento para os moradores, a exemplo de histórias conhecidas em comunidades vizinhas. Quatro estudantes da comunidade foram pesquisar as praias de Morro Branco, Praia das Fontes, Parajurú e Canoa Quebrada, todas “invadidas” por empreendimentos de turismo sem participação da comunidade, para descobrir quais os impactos vivenciados. Depois de muita discussão, em 1998 realizaram um seminário com a participação de ONGs, entidades do governo e o Instituto Terramar, apresentando os resultados da pesquisa e questionando os moradores sobre que modelo de turismo deveria acontecer na comunidade. Deste movimento, surgiu a Cooperativa de Turismo e Artesanato, inteiramente formada por membros da comunidade, que buscou promover capacitação dos moradores para serviços desde recepção e cozinha até condutores de trilhas, incluindo os alunos da escola local no processo (FERNANDES, 2005).

Essa experiência demonstra, segundo Schärer (2003), que o desenvolvimento sustentável do turismo é possível quando existe uma comunidade com bom grau de organização, muita vontade de vencer desafios e pessoas e organizações que apoiam a comunidade de forma solidária. Esse mesmo autor afirma, ainda, que o projeto de turismo socialmente responsável da Prainha do Canto Verde não só está dentro do

princípio de compatibilidade ecológica como também atende plenamente ao conceito de sustentabilidade.

Fernandes (2005) relata que no seminário de 1998 o questionamento direcionado aos moradores, para definir um modelo de turismo para a comunidade, teve como resposta o TBC onde a atividade gera renda complementar - porque a principal fonte de renda da comunidade sempre foi e sempre será a pesca.

Na próxima seção, o conceito de TBC é descrito em maior profundidade.

2.3 TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA (TBC)

O TBC chega como resposta à necessidade de outra forma de desenvolver o turismo. Enraizado num processo situado de desenvolvimento, é, segundo Bursztyn, Bartholo e Delamaro (2009), uma modalidade do turismo sustentável cujo foco principal é o bem-estar e a geração de benefícios para a comunidade receptora. O Turismo, aqui, é analisado ainda mais profundamente quanto à geração de renda, ao crescimento econômico e ao desenvolvimento da comunidade local. O impacto causado pelo turismo de massa pode ser reproduzido no TBC, portanto deve-se observar atentamente sua aplicação e seus resultados. Aqui o efeito deve ser positivo tanto para turistas quanto para a comunidade, prezando a troca de experiências e o desenvolvimento local.

Considerado em âmbito global como sendo uma atividade econômica que gera crescimento, oportunidades de emprego e renda, o turismo, entretanto, quando observado do ponto de vista comunitário, se opõe ao estilo consumista. Experimentar outros modos de vida, valorizando uma relação harmônica entre turista e comunidade visitada, em que ambos são considerados agentes de ação socioeconômica e ambiental, considerando as premissas do desenvolvimento sustentável, é o ideal do TBC (SAMPAIO, 2005).

Sendo o turismo um fenômeno social e uma atividade econômica de prestação de serviços, o bom atendimento ao turista é um dos principais fatores de avaliação do produto. No entanto, a atividade turística está em transformação e se observa que o turista atual vislumbra mais do que qualidade dos serviços, mas buscam por um tipo de turismo mais personalizado, com características distintas do turismo de massa (MIELKE, 2009). O desejo por produtos turísticos autênticos, de um lazer mais ativo e por uma melhor qualidade ambiental segue a lógica do TBC.

O TBC surgiu em meados dos anos 1970, como crítica à um tipo de turismo que mercantiliza a cultura e agrava a exclusão de grupos vulneráveis (MITCHELL; MUCKOSY, 2008). Exemplo brasileiro das consequências de um turismo predatório pode ser revelado na pesquisa etnoantropológica realizada entre 1988 e 1990 pela Faculdade de Ciências Sociais da Universidade do Vale do Itajaí (Univali) no estado de Santa Catarina com a comunidade de moradores da Praia dos Ingleses em Florianópolis, ao norte da Ilha de Santa Catarina. Primeiramente sem interesses turísticos, a pesquisa revela uma série de interpretações do viver local, construindo uma percepção sobre as transformações que foram ocorrendo ao longo dos anos, antes que ocorresse o *boom* turístico na região. Após alguns anos, em 1996, os mesmos pesquisadores voltaram à comunidade e houve surpresa com a nova realidade encontrada “havendo um total estranhamento entre o que conhecíamos e o que se apresentava aos nossos olhos” (FLORES E SILVA, 2001, p.179).

O ocorrido na Praia dos Ingleses pode ser um exemplo característico do impacto ambiental e sociocultural causada pelo turismo em comunidades tradicionais. Flores e Silva (2001, p.179), descrevem a nova realidade encontrada:

As moradias à beira-mar dos residentes nativos tinham sido substituídas por edifícios de dois, quatro e seis andares; havia muitos hotéis e pouca praia; a igreja local dera lugar à outra maior e mais moderna; havia muitos bares e restaurantes novos. Nas avenidas – anteriormente ruas estreitas – havia muitos carros, motocicletas, asfalto, poucas árvores e, o que mais nos assustou na época, nenhum rosto conhecido estava ao volante daqueles carros ou circulando de bicicleta ou a pé pelas amplas calçadas e avenidas. Nossos primeiros questionamentos foram: estaremos na comunidade errada?

Constatou-se na época da pesquisa que cerca de 40% a 50% da população nativa ficou marginalizada do desenvolvimento turístico – principalmente as famílias que viviam basicamente da agricultura e da pesca - vendendo suas propriedades e deslocando-se para a região dos mangues, locais antes desvalorizados por eles. O grupo excluído passou a apresentar problemas sobre suas identidades, suas crenças e seu *modus vivendi*, falta de esperança e alternativas para o futuro, incerteza, insegurança. Tal situação gerou desestruturação familiar, criminalidade, aumento do uso de drogas, vergonha das origens e dificuldades de convivência em comunidade. Trata-se de um grupo “que recebeu em seu espaço de vida um ‘pacote turístico’ e imobiliário, sem que houvesse discussão sobre suas consequências” (FLORES E SILVA, 2001, p. 192).

Essa pesquisa repercute em como o modelo de turismo vem sendo repensado, buscando o envolvimento e a participação da comunidade local na busca de um desenvolvimento mais sustentável. Ou seja, uma mudança ou evolução do turismo está relacionada com a mudança da lógica da relação homem e ambiente.

Nesse sentido, o turismo comunitário se distingue das demais modalidades primeiramente por entender a atividade turística como um subsistema interconectado a outros subsistemas, como por exemplo: saúde, meio ambiente, transporte, entre outros. A segunda característica marcante é o desenho de um projeto de desenvolvimento territorial sistêmico, ou seja, sustentável a partir da própria comunidade; e a terceira característica é a formação de um arranjo socioprodutivo de base comunitária, fomentando a convivência entre a comunidade local e os visitantes de forma harmoniosa, superando a mera relação comercial (SAMPAIO; BERBERI; DREHER, 2006).

Conforme The Thailand Community Based Tourism Institute, o turismo de base comunitária pode ser compreendido como aquele que considera a sustentabilidade ambiental, social e cultural; sendo que é gerenciado pela e para comunidade, tendo o propósito de possibilitar que os visitantes conheçam e aprendam sobre o modo de vida da comunidade que estão visitando (THE THAILAND COMMUNITY BASED TOURISM INSTITUTE, 2012).

Os conceitos demonstram a preocupação com o desenvolvimento sustentável das comunidades, bem como da participação do visitante/turista no contexto local. Krippendorf (2001) alerta para a perda do autocontrole da população nativa, quando do rápido desenvolvimento do turismo sem o devido planejamento e sem analisar os custos sociais da atividade turística. Segundo Krippendorf (2001), as pessoas da cidade consideram sua escala de valores própria se sentindo superiores, fortalecidas pelo dinheiro e pelo padrão educacional que, normalmente, é melhor. O autor destaca ainda que acontece uma apropriação do espaço rural por parte das pessoas da cidade, sendo que elas têm fins comerciais e recreativos. Para ele, depois de realizarem bons negócios, ou quando o lugar passa a não lhes agradar, as pessoas buscam outras opções.

Dependendo da localidade, a população desenvolverá de forma diferenciada sua caracterização cultural e tradicional. O turismo muitas vezes é responsável pela retomada do orgulho étnico, possibilitando que a comunidade mantenha seus costumes e exalte sua identidade cultural. Porém, segundo Sampaio et al. (2010),

tanto turistas, que ao se deslocarem para comunidades predominantemente tradicionais levam consigo suas “patologias” sociais, como as populações nativas, que enaltecem seu estilo de vida, suas tradições e histórias, irão gerar impactos e influenciar um ao outro. O TBC preza, justamente, pela troca de experiências, porém, respeitando a autenticidade de cada local e produzindo um efeito positivo tanto para turistas como para moradores da comunidade local.

Outro ponto importante a ser destacado são as tendências da demanda contemporânea mundial que levam o turismo a conquistar espaços e incorporar atrativos à sua oferta. Neste contexto, diversos microempreendimentos familiares, cooperativos e comunitários enriquecem a oferta turística em âmbitos local, nacional e internacional, incorporando “um turismo com selo próprio”, partindo da combinação de atributos únicos e originais (MALDONADO, 2009). No entanto, é possível que o TBC incorra nos mesmos problemas apresentados pelo turismo de massa. Por isso, a reflexão sobre o tema, a identificação de exemplos bem sucedidos e a apropriação de áreas multidisciplinares é de extrema importância para a compreensão desse fenômeno tão complexo que é o turismo, em especial o de base comunitária.

Estão ordenados abaixo os conhecimentos necessários que permeiam as bases conceituais de qualquer projeto turístico por meio de cooperação entre os atores sociais, com ênfase na organização do projeto, partindo da sensibilização comunitária até a institucionalização e gestão:

Quadro 2 - Eixos Temáticos e Matérias de Interesse

<i>Desenvolvimento Econômico</i>	<i>Turismo</i>	<i>Trabalho Comunitário</i>
<ul style="list-style-type: none"> - A evolução das teorias desenvolvimentistas a partir dos anos 70; - Clusters e Arranjos Produtivos Locais e/ou Sistemas Produtivos Locais, Redes de Cooperação: implicações e pressupostos; - Empresas de Economia social: OSCIPS, Associações, Cooperativas; - Economia Ambiental; - Cadeia de valor. 	<ul style="list-style-type: none"> - Formatação de produtos turísticos; - Mercado turístico: elementos e suas interações; - Comercialização de serviços turísticos: canais de distribuição; - Tendências do mercado turístico, comportamento de consumo. 	<ul style="list-style-type: none"> - Organização comunitária; - Dinâmica de grupo; - Trabalho com conflitos; - Motivação do trabalho em grupo; - Liderança comunitária.

Fonte: Mielke (2009, p.33)

O principal desafio de desenvolver o turismo regional de base comunitária é estabelecer uma sistemática que se enquadre para qualquer situação, visto que cada comunidade possui peculiaridades muito distintas. O que as difere fundamentalmente são as relações sociais que regem a dinâmica local, no entanto, em aspectos macro no desenvolvimento do turismo, algumas características são comuns e podem ser compartilhadas. (MIELKE, 2009).

De acordo com o Ministério do Turismo (BRASIL, 2010), o desenvolvimento local do turismo oportuniza aos atores sociais e econômicos assumirem um papel ativo na organização da oferta de produtos e serviços turísticos em destinos com potencial turístico ou que já desenvolvem de alguma maneira a atividade. Nesta perspectiva, a comunidade local além de valorizar sua forma de vida e cultura, ainda realiza a defesa do meio ambiente e forma alternativas de sobrevivência econômica, baseada em ações cooperativas e sustentáveis.

O envolvimento do turismo em questões de sustentabilidade está presente em documentos importantes na história, como por exemplo, a Agenda 21 para a indústria de Viagens e Turismo para o Desenvolvimento Sustentável. Também a OMT criou em 1999 o Código Mundial de Ética no Turismo, estabelecendo dez princípios que são chamados de “Regras do jogo”¹. O código é direcionado não apenas para os turistas, como também aos prestadores de serviço da área (meios de hospedagem, operadoras e agências de viagens, guias e comunidade anfitriã).

A OMT acredita que este código poderá estabelecer uma relação mais sustentável do turismo, de forma ética e competitiva, respeitando a diversidade social, ambiental, política, cultural e religiosa, servindo de instrumento para reduzir os impactos negativos da atividade turística, bem como aumentar os benefícios da comunidade local nos destinos. Dentre seus princípios básicos: contribuição do turismo para o entendimento e respeito mútuo entre homens e sociedades; turismo como instrumento de desenvolvimento individual e coletivo; turismo como fator de desenvolvimento sustentável; turismo como fator de aproveitamento e enriquecimento do patrimônio cultural da humanidade; o turismo como atividade benéfica para os destinos; obrigações dos agentes do desenvolvimento turístico; direito ao turismo;

¹ A construção do código iniciou em uma assembleia geral em Istambul, 1997, mas apenas foi aprovado por unanimidade em Santiago do Chile em 1999. É um projeto participativo, recebendo contribuições de mais de 70 países, entidades de turismo e ONGs.

liberdade de deslocamento turístico; direitos dos trabalhadores e empresários do setor; aplicação dos princípios do código de ética mundial para o turismo.

Conforme o Ministério do Turismo (BRASIL, 2010), as experiências de TBC no país datam de meados de 1990, e foram organizados de forma independente, sem a intervenção pública. Conforme Mielke (2009), a partir do Plano Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT) – encerrado em 2001, já se observava esforços em oportunizar condições mais favoráveis a um olhar local sobre a atividade turística. Isso se evidencia com o Plano Nacional de Regionalização do Turismo, que a partir de 2007 se torna um macroprograma dentro do Plano Nacional. Ainda conforme Mielke (2009), a Cooperativa de Ecoturismo Guaraqueçaba; a Cooper guará-ecotur; a Cooperativa Paranaense de turismo e a Cooptur são cooperativas pioneiras no Brasil, com o envolvimento exclusivo de empresários locais.

Após a criação do Ministério do Turismo em 2003, as ações do TBC passam a ser reconhecidas e incentivadas. Este segmento passa a ser incluído no Plano Nacional de Turismo 2007 – 2010, que tem por objetivo planejar e realizar a gestão da atividade turística no país (BRASIL, 2010). Em 2008 foi aberto edital de chamada pública para incentivar projetos de TBC em todo o Brasil. Mais de 500 inscrições foram recebidas e destes 50 aprovados.

Mitchell e Muckosy (2008) demonstram que muitos projetos de TBC falham por falta de viabilidade econômica. Na *survey* realizada pela *Rainforest Alliance and Conservation International*, dos 200 projetos pesquisados de TBC nas Américas, a ocupação média dos meios de hospedagem fica em torno de 5%. Concluem em seu estudo que a maior parte dos projetos de TBC acabam por colapsar quando o fundo de investimento aplicado no projeto termina e que a principal causa deste colapso é a má governança e o pouco acesso ao mercado turístico.

É muito difícil comunidades terem sucesso com empreendimentos turísticos sem orientações de ONGS, consultorias ou instituições de ensino, por mais organizadas que sejam, visto a complexidade do trabalho (MIELKE, 2009). O papel de uma agente externo no desenvolvimento do projeto é atuar como facilitador do processo em todas as suas fases, oportunizando que a comunidade seja autônoma na condução e gestão da atividade turística. A interferência ocorre nos direcionamentos das ações coletivas e congruência dos interesses dos atores imersos na dinâmica do mercado turístico.

Ainda segundo Mielke (2009), é importante que cada participante da equipe executora tenha um papel principal que atenda de forma geral: a mediação de conflitos, organização das reuniões de trabalho, elaboração do plano de negócios. De forma específica: relações com o mercado turístico, qualidade na prestação dos serviços e elaboração da viabilidade econômica dos produtos formatados. Nas etapas iniciais, a equipe é mais presente, visto ser o momento do diagnóstico local – determinando e revisando as potencialidades turísticas, bem como tratando da sinergia e cooperação entre os atores sociais. À medida que o projeto avança e que as lideranças locais passam a ser identificadas e institucionalizadas, a participação da equipe externa vai sendo reduzida até não ser mais necessária.

Para que o TBC possa se desenvolver de forma sustentável, é preciso um engajamento da oferta local, envolvendo os atores de forma sinérgica e organizada. Cada ator social precisa sentir-se parte de todo o processo, das decisões tomadas ao planejamento realizado, bem como das contrapartidas necessárias. É preciso identificar os gargalos existentes e não oferecer falsas expectativas às comunidades, deixando claro que o sucesso dependerá do envolvimento de todos.

Já está posto que a atividade turística pode trazer muitos benefícios sociais, econômicos e porque não dizer ambientais (quando realizado através de um planejamento responsável e cuidadoso). No entanto, é necessário que a comunidade esteja envolvida e compreenda a sistemática do fenômeno turístico. Também, alguns autores vêm reforçando a necessidade de indicadores de sustentabilidade para mensurar os estágios de desenvolvimento do TBC (MIELKE, 2009; CHOI; SIRAKAIA, 2006), possibilitando um diagnóstico da realidade local.

2.3.1 Turismo de Base Comunitária em Porto Alegre – Roteiro Caminhos Rurais

O Roteiro Turístico Caminhos Rurais, em Porto Alegre, é o exemplo de TBC que será analisado empiricamente nesse trabalho. Conforme o site oficial, o roteiro localiza-se em uma área rural, também denominada “rururbana”, e apresenta, atualmente, 20 associados abrangendo desde a hospedagem, o comércio de produtos coloniais, até produção de plantas ornamentais.

Em estudo realizado pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), sobre o Turismo em áreas rurais, Porto (2009, p. 1) afirma:

O turismo em áreas rurais se constrói como um segmento alternativo, trazendo como proposta uma nova forma de desenvolvimento da prática social do turismo. Neste sentido, a percepção do visitante é fundamental para pensar o desenvolvimento desta atividade com sustentabilidade.

A pesquisa de Porto (2009) busca construir indicadores de sustentabilidade a partir da percepção dos visitantes dos Caminhos Rurais de Porto Alegre e, para isso, analisa uma pequena amostra em um dia de visita. Foi analisada a sensibilidade ambiental dos visitantes nas propriedades *Sítio dos Herdeiros* e *Ecoextrema*, no Roteiro Turístico Caminhos Rurais de Porto Alegre (utilizando uma amostra de 10 visitantes, onde 7 responderam ao questionário proposto). A amostra utilizada é pequena porque, segundo a autora, o número da população visitante-dia é também pequeno (10 pessoas) devido ao controle do número de visitantes nas propriedades em decorrência do impacto que pode ser gerado durante a visita e as condições que as propriedades têm para atender os visitantes.

A pesquisa se dividiu em duas partes sendo a primeira responsável pelo perfil dos visitantes e o conhecimento do Roteiro Caminhos Rurais e obtendo-se os seguintes resultados:

Quadro 3 - Perfil de Visitantes e Conhecimento do Roteiro Caminhos Rurais

Perfil		Conhecimento do Roteiro	
Sexo Feminino	71%	Instituição de Ensino	42%
Sexo Masculino	29%	Amigos	42%
Curso Superior Incompleto	86%	Serviço de Atendimento ao Turista	6%
Ensino Médio	14%		
Visitação em oportunidade anterior		Propriedades já visitadas em outra oportunidade	
Sim	43%	Sítios dos Herdeiros	2 visitantes
Não	57%	Granja Lia	1 visitante
		Ecoextrema	1 visitante
Motivo da Visita			
Contato com a natureza e meio rural		57%	
Estudo, pesquisa e ensino		28%	
Lazer		14%	

Fonte: Porto (2009).

A segunda parte da pesquisa de Porto (2009) levantou questionamentos sobre a satisfação chegando aos resultados expostos no quadro abaixo:

Quadro 4 - Satisfação dos Visitantes do Roteiro Caminhos Rurais

Satisfação	Satisfeitos	Insatisfeitos
Sinalização Turística	57%	43%
Acesso/Estradas	85%	15%
Higiene/Limpeza	85%	15%
Atendimento	100%	0%
Conservação dos Atrativos	100%	0%
Autenticidade das Propriedades	100%	0%
Informação e Material	100%	0%

Fonte: Porto (2009).

Apesar da pequena amostra, esse resultado apresenta a importância dada pelo turista, essencialmente, à preservação do ambiente, o que acaba por levá-lo a serviços como esse. A troca de experiências e o bem-estar mútuo são aspectos também relevantes e bastante valorizados pelos visitantes. Considerando essa nova visão do turista e o investimento no setor, o TBC na cidade de Porto Alegre pode ganhar destaque e o Roteiro Caminhos Rurais pode passar a ser cada vez mais demandado por turistas que queiram mais que um serviço comum de hotelaria e de lazer, queiram a preservação cultural e o desenvolvimento da comunidade.

Os aspectos da sustentabilidade no turismo, destacados no Roteiro Caminhos Rurais, juntamente com as práticas socioambientais desenvolvidas e os impactos que elas causam nesse destino turístico, serão abordados e analisados nas seções 5 e 6 deste trabalho. A seguir, na próxima seção, será apresentada a metodologia utilizada na construção desta pesquisa.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo serão apresentados os procedimentos metodológicos para a realização deste trabalho, de acordo com o objetivo geral e nos objetivos específicos estabelecidos.

3.1 TIPO DE PESQUISA

Sobre os níveis de pesquisa, classificam-se as pesquisas em três grupos: estudos exploratórios, estudos descritivos e estudos que verificam hipóteses causais (Selliz et al., 1967 *apud* GIL, 2008). A pesquisa realizada neste trabalho, de acordo com a teoria de Gil (2008), apresenta-se como exploratória. Gil (2008, p. 27) afirma:

As pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores. De todos os tipos de pesquisa, estas são as que apresentam menor rigidez no planejamento. Habitualmente envolvem levantamento bibliográfico e documental, entrevistas não padronizadas e estudos de caso. Procedimentos de amostragem e técnicas quantitativas de coleta de dados não são costumeiramente aplicados nestas pesquisas.

Assim, a presente pesquisa trabalha com o estudo de caso, realizando entrevistas semiestruturadas, desenvolvendo e esclarecendo conceitos e ideias para um maior aprofundamento e compreensão do fenômeno em questão. O autor afirma, ainda:

Pesquisas exploratórias são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato. Este tipo de pesquisa é realizado especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil sobre ele formular hipóteses precisas e operacionalizáveis (GIL, 2008, p. 27).

O Roteiro Turístico Caminhos Rurais ainda conta com poucos estudos sobre seu funcionamento e suas propriedades fazendo com que essa pesquisa tenha maior sentido e êxito, em nível exploratório.

3.2 DESCRIÇÃO DO MÉTODO

O método de pesquisa utilizado por este trabalho foi o qualitativo. Sobre esse método, Godoy (1995, p. 21) afirma:

Considerando que a abordagem qualitativa, enquanto exercício de pesquisa, não se apresenta como uma proposta rigidamente estruturada, ela permite que a imaginação e a criatividade levem os investigadores a propor trabalhos que explorem novos enfoques.

Assim, ainda segundo Godoy (1995), o método qualitativo se utiliza de vários tipos de dados que são coletados e analisados para que se entenda a dinâmica do fenômeno. Foi realizado um estudo de caso em uma das propriedades participantes do Roteiro Turístico Caminhos Rurais que, segundo Andre (2005), são estudos que vêm sendo usados há muito tempo em diferentes áreas de conhecimento, sendo que na medicina, na psicanálise, na psicologia e no serviço social objetivavam estudar um caso, geralmente problemático, para fins de diagnose, tratamento ou acompanhamento. Sobre a utilidade na administração, Andre (2005, p. 13-14) afirma:

Em direito, administração e medicina foram e ainda são usados como recurso didático, seja com a finalidade de ilustrar o uso de um procedimento, seja para estimular, em situação de ensino, o debate de um tema. Muito popular atualmente é o método de cases na área de administração, que visa mostrar, por meio de um caso exemplar, como uma empresa ou organização pode se estruturar, resolver problemas, vencer.

Dessa forma, esta pesquisa trabalhou estudando um caso específico dentro do Roteiro Turístico Caminhos Rurais, coletando diferentes dados da propriedade analisada, conforme é descrito na próxima seção.

3.3 INSTRUMENTOS E COLETA DE DADOS

No que se refere aos conceitos: Turismo, Turismo Sustentável e TBC, Sustentabilidade e Desenvolvimento Sustentável, foi utilizada a literatura existente, dados obtidos na Secretaria de Turismo da cidade de Porto Alegre, informações do site do Roteiro Caminhos Rurais e dados coletados em visitas a propriedade analisada do Roteiro para posterior análise, reflexão e estabelecimento de relações entre teoria e prática.

Assim, foi realizada revisão teórica sobre os principais conceitos que envolvem o Turismo e a Sustentabilidade, exposição dos dados obtidos junto à Secretaria de

Turismo, descrição das antigas e das atuais práticas locais. A partir desses dados, com comparações temporais, foi analisada a relação entre a prática do turismo e o desenvolvimento da região.

Foram realizadas, ainda, entrevistas que tiveram como objeto o estudo de caso de uma das propriedades participantes do Roteiro, tendo a vantagem de possibilitar uma aproximação com uma realidade desconhecida pelo pesquisador, utilizando dados históricos e mergulhando na realidade dos envolvidos. Nesse contexto, as entrevistas em profundidade com roteiros semiestruturados permitem que o entrevistado expresse livremente suas vivências e percepções acerca do fenômeno em estudo.

O método de estudo de caso escolhido é indicado quando o pesquisador busca investigar um fenômeno da realidade contemporânea, considerando eventos sobre os quais possui pouco controle e que exigem uma descrição profunda. O estudo de caso utiliza técnicas das pesquisas históricas, mas adiciona como fontes de evidência a observação da realidade e as entrevistas com as pessoas envolvidas nos eventos (YIN, 2010).

O quadro a seguir apresenta as categorias que serão consideradas nas entrevistas e na posterior análise.

Quadro 5 - Categorias analisadas

Tipo de atividade originalmente exercida
Presença de sazonalidade na atividade original
Forma de administração da instituição (familiar, profissional)
Necessidade de investimentos para aderir ao TBC
Necessidade de capacitação para atuar no TBC
Impactos do TBC no desenvolvimento da atividade original
Diagnóstico das vantagens e desvantagens para a comunidade local do TBC
Motivo de adesão ao TBC

Fonte: Elaborado pela autora.

Nas entrevistas, foi utilizado um roteiro semiestruturado (anexos A e B) baseado nas categorias do Quadro 5, com questões abertas, permitindo maior liberdade aos entrevistados para expressarem suas opiniões. Foram realizadas entrevistas com um responsável pela direção da Associação Porto Alegre Rural, um membro da Secretaria de Turismo e um representante da COODESTUR para comparar com os dados coletados em entrevista com proprietários de um dos

empreendimentos envolvidos, permitindo assim a devida triangulação na análise do caso.

4 O CASO

4.1 CAMINHOS RURAIS - CONTEXTUALIZAÇÃO

Segundo o Relatório Técnico da “Pedras Recursos Naturais Ltda” (SOLLER; BORGUETTI, 2011), a área que abrange as propriedades do Roteiro Caminhos Rurais apresenta características rurais, tendo em seu mosaico territorial, pequenas propriedades de expressiva agricultura familiar e agroecológica, cabanhas, vinícolas e venda de produtos locais. Misturando os espaços rurais, a paisagem mescla áreas de natureza preservada destacando-se a Reserva Ecológica do Morro Santana, o Morro do Osso e o Morro São Pedro. Além disso, nesse contexto, o destino turístico se desenvolve tendo o turismo como uma alternativa de sustentação da área rural e de áreas preservadas, buscando pela viabilidade econômica e valorização cultural.

4.2 PROPRIEDADE GRANJA LIA

A Granja Lia é uma propriedade familiar, localizada em Porto Alegre no bairro Lami. Funcionando desde 1906, a propriedade desenvolveu, ao longo desses anos, atividades como pecuária e agricultura. Atualmente, também voltada para o turismo rural, oferece gastronomia, trilhas, espaço para a prática de esportes e observação da fauna e flora nativas. Além desses atrativos, desenvolve atividade agrícola orgânica e piscicultura, assim como pensionato para cavalos. Trabalha com visitação sob agendamento.

A propriedade faz parte do Roteiro Turístico Caminhos Rurais e seus moradores fazem parte da Associação Porto Alegre Rural, criada pela Comunidade para gerir os projetos de interesse dos associados. O empreendimento foi o local escolhido para realizar o estudo de caso, pela receptividade, por se tratar de um sítio onde os proprietários viveram sempre diretamente ligados à atividade rural e por ser residência de uma das responsáveis pela direção da Associação Porto Alegre Rural facilitando o acesso às informações.

A história da propriedade, contada em seu próprio site, diz o seguinte:

No ano de 1906, natural do Rio Grande do Norte, aqui chegou. Comerciante no centro de Porto Alegre, logo passou a investir na atividade agrícola. Adquiriu áreas na zona sul da capital, hoje bairros Lajeado e Lami, onde criou

gado, plantou mandioca, cana-de-açúcar e produziu lenha para fornecimento à população da capital. Na década de 1950 sua filha herdou parte da área, cerca de 52 hectares, deixando a propriedade sob os cuidados do genro. Os dois assumem a administração da propriedade rural. Por volta do ano 2000, as atividades de produção leiteira e da lavoura de arroz se encerraram, dando espaço às atividades agroecológicas, com utilização de adubos orgânicos e manejo sustentável. A partir de 2006 iniciou-se a atividade de turismo rural, além de pensionato de cavalos, piscicultura e pomar orgânico, tudo ainda sob os cuidados do genro do inicialmente comerciante, que toca o negócio com muito orgulho, mantendo sempre as tradições que vem passando de geração para geração. (GRANJA LIA, [2013]).

Figura 2 - Visitantes na Figueira da Granja Lia



Fonte: CAMINHOS RURAIS DE PORTO ALEGRE, 2012.

O site da propriedade apresenta, também, as atrações que a propriedade oferece. São elas:

Quadro 6 - Atrações da Granja Lia

<p>VIVÊNCIAS RURAIS – Colher frutas no pomar, alimentos fresquinhos na horta, colocar o pé na água, tomar banho de açude, descansar na sombra das árvores, acampar e fazer trilha. Um lugar que mescla interação com a natureza, atividades esportivas e lazer, tudo sem sair da cidade. Conheça e se encante com as atrações que você vai encontrar. Entre elas está a figueira que, em todas as visitas, é o recanto escolhido pelos visitantes para descansarem e, muitas vezes, realizarem as refeições à sombra.</p>
<p>FAUNA E FLORA – A propriedade faz parte do destino turístico Caminhos Rurais e recebe visitas de grupos de pessoas e, principalmente, de escolas de Porto Alegre. As trilhas são para observação e conhecimento da fauna e da flora, guiadas pelos proprietários. O número mínimo é de 10 pessoas por passeio. Eventos: Além dos eventos privados, empresariais ou pessoais, diversos eventos abertos ao público são realizados durante o ano. Dentre eles a tradicional Festa Junina, o almoço campeiro na Semana Farroupilha e o almoço de Páscoa. Durante a Festa Junina, há inúmeras atrações e bancas com diversos quitutes e brincadeiras. Pinhão, pipoca, quentão, cachorro quente, pé de moleque, bolos, pescaria da sorte, produtos caseiros, feira da agricultura familiar, trilhas, show musical e a grande fogueira sempre estão presentes no evento festivo. Para comemorar a Semana Farroupilha, nada melhor que um almoço com churrasco e pratos campeiros. Já na Páscoa, são servidos pratos à base de peixes, que são pescados na própria Granja.</p>
<p>GASTRONOMIA – Aqui você poderá saborear aquela comidinha caseira elaborada no fogão à lenha, com panela de ferro. São servidos também pratos típicos como carreiro, paella campeira, churrasco (costelão) e galeto, sempre acompanhados de buffet de saladas e sobremesas. Você ainda pode se deliciar com o tradicional café da Granja Lia, preparado com produtos coloniais como queijos, geleias e pães caseiros.</p>
<p>ESPORTE, NATUREZA E LAZER – Um lugar para você praticar esportes ao ar livre, desfrutando de uma ampla área de lazer em meio à natureza. Venha jogar futebol e vôlei com os amigos, desfrutar da cancha de bocha, nadar, fazer trilha, acampar na beira do rio, pescar ou, se preferir, só se deitar à sombra da figueira e tirar aquele cochilo. Os visitantes, munidos de seus equipamentos, podem, ainda, praticar atividades como passear de caiaque ou barco a remo, entre outros, pois o açude é extenso, possibilitando diversas atividades aquáticas, bem como acampamento nativo às suas margens.</p>
<p>PSICULTURA – Os tanques contém carpas e tilápias para observação dos visitantes. A despesca é feita uma vez por ano, e os peixes são comercializados na propriedade durante os eventos como, por exemplo, na Páscoa.</p>

Fonte: GRANJA LIA, 2012.

No ar desde 12 de dezembro de 2012, o site traz algumas das informações citadas anteriormente apresentando como foco atividades turísticas sustentáveis e usando desse canal para divulgar a propriedade e se aproximar do turista e dos visitantes. No setor “Novidades”, essa exposição vem de forma bastante clara intitulada “A Natureza mais perto de você”:

A Granja Lia busca promover o contato com a natureza que, muitas vezes, se perde em meio a tantas preocupações e ocupações que temos no dia a dia. Nosso objetivo é desenvolver atividades turísticas sustentáveis, conservação do meio natural e da cultura local. Nossa Granja, além de caminhadas orientadas, trilhas e aventura, oferece atividades de observação da fauna e da flora locais, festas e eventos. Para você se sentir muito mais perto da natureza e ficar por dentro dos acontecimentos da propriedade, desenvolvemos nosso novo site, que ficou dinâmico, prático e fácil de navegar. Hoje ele entrou no ar e, a partir de agora, é mais um dos nossos canais de divulgação e comunicação sobre o trabalho que desenvolvemos aqui. (GRANJA LIA, 2012)

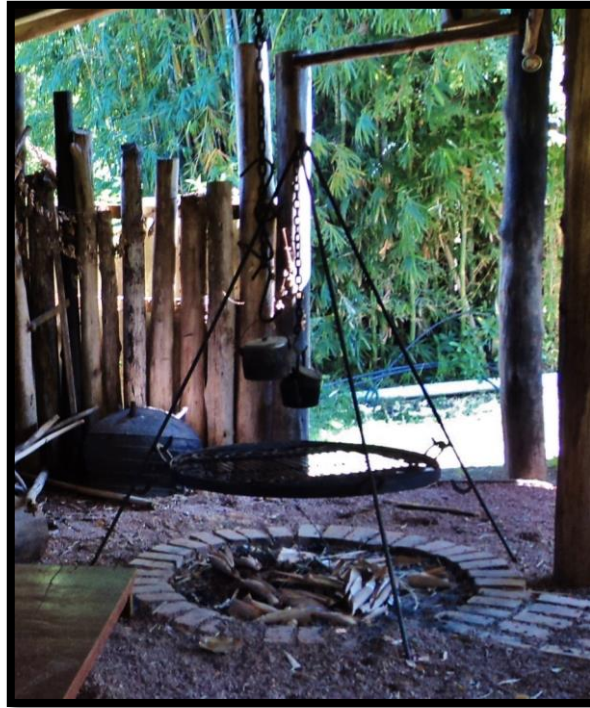
A propriedade apresenta ambientes para as refeições, fogo de chão, muita natureza e, inclusive, um espaço reservado para objetos antigos que remetem à história local. Seguem algumas fotos da propriedade:

Figura 3 - Refeitório



Fonte: Elaborada pela autora.

Figura 4 - Fogo de chão



Fonte: Elaborada pela autora.

Figura 5 - Área Externa



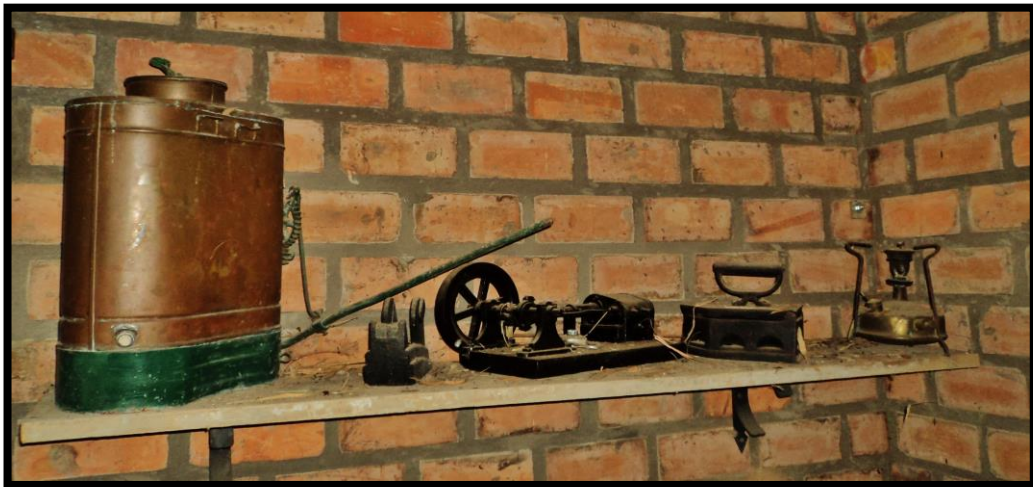
Fonte: Elaborada pela autora.

Figura 6 - "Museu" de Objetos Antigos



Fonte: Elaborada pela autora.

Figura 7 - "Museu" de Objetos Antigos



Fonte: Elaborada pela autora.

5 ANÁLISE

A partir de roteiros semiestruturados, algumas questões, consideradas importantes para responder os objetivos dessa pesquisa, foram feitas em quatro entrevistas principais, com base nos critérios do Quadro 5. Foi entrevistada a responsável pelo planejamento turístico na Secretaria de Turismo de Porto Alegre (SMTUR), a atual responsável pela direção da Associação Porto Alegre Rural, os dois proprietários do empreendimento Granja Lia participante do Roteiro Turístico Caminhos Rurais (sendo um deles a mesma responsável pela Associação) e a responsável pelo projeto junto à COODESTUR.

5.1 INICIATIVAS E PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA NA CRIAÇÃO DO ROTEIRO TURÍSTICO CAMINHOS RURAIS DE PORTO ALEGRE

No que diz respeito à iniciativa do Roteiro, à motivação e à participação dos envolvidos, a responsável pelo planejamento turístico na SMTUR, expôs que o Roteiro Caminhos Rurais existe desde 2005 sendo que a atual gestão da secretaria deu o formato desse programa de turismo no espaço rural. A entrevistada afirmou:

[...] não quer dizer que nós criamos, que ali começou a estruturação, a organização dos Caminhos Rurais de Porto Alegre, mas nós juntamos uma série de pontas que estavam soltas para dar esse formato, quer dizer, criamos a [...], fizemos o lançamento, enfim, apresentamos pra sociedade o programa de turismo rural de Porto Alegre que carrega o nome de Caminhos Rurais.

A representante da SMTUR trata o local do Roteiro como “lado surpreendente da nossa capital”. Ela vem de uma carreira do âmbito estadual e diz que carrega muito do que foi feito lá; afirma que foi inaugurado o trabalho do segmento rural no Estado em 1992 e que, então, ainda com base nesse conceito mais antigo, surgiu o programa do Roteiro. Ela diz que esse segmento foi estruturado do ponto de vista da demanda, que pessoas começaram a bater nas portas das propriedades que hoje fazem parte do Roteiro, os empreendedores perceberam a grande possibilidade de negócios e, então, tudo começou.

Representando a SMTUR, a entrevistada diz ainda que a comunidade participou da idealização: *“Nós não criamos, nós ajudamos a preparar esse produto pra botar na prateleira dos produtos turísticos da cidade”* (sic).

Ao ser questionada sobre o mesmo aspecto, a dirigente da Associação reflete, dizendo que, na época, um pequeno grupo de pessoas começou a articular com a Prefeitura e, essa, apoiou bastante a comunidade: *“Começaram a organizar um cronograma de cursos, começou a se ver pré-requisitos, enfim, aí começou a organização em si, né, pras pessoas se qualificarem e poderem participar da Associação”* (sic). A dirigente diz, ainda, que, a respeito da constituição legal da Associação, quem começou a movimentação foi a Prefeitura:

Tinham as pessoas individualmente fazendo seu trabalho. Foi o presidente anterior, há muitos anos, ele batalhava pra Belém Velho, que é onde é a propriedade dele. Então, existia algum Roteiro, alguma coisa ali em Belém Velho. Eu acredito que... naquela época, era Escritório de Turismo, não era Secretaria de Turismo, aí começou a chamar esses proprietários e aí começou haver um movimento.

Ao ser novamente questionada se a iniciativa tinha, então, sido da Prefeitura, a dirigente da Associação comenta:

É que assim... existiu, no início, um trabalho com os agroecológicos. Eu não lembro bem como era o nome do Roteiro, mas eles tinham um Roteiro só de agroecológicos. Então eles faziam um passeio, não sei te dizer bem como que funcionava, mas eles faziam visitas, tinha uma Associação, e eles faziam visitas aos agroecológicos. E eu acredito que, baseado nisso aí, foi pensado em ampliar.

O proprietário do empreendimento analisado afirma em sua entrevista: *“Foram duas coisas: privado, no caso, a população, as comunidades... e entrou depois o poder público dando apoio. Surgiram de ambos os lados, mas o principal foi o poder público porque sempre é fundamental”* (sic).

Já a responsável pelo projeto junto à COODESTUR, mostrando maior conhecimento teórico sobre a questão histórica dos agroecológicos no Lami (anterior ao Roteiro Caminhos Rurais), afirma:

Por perceberem a necessidade de uma nova alternativa de geração de renda, motivada tanto pelas dificuldades de comercialização de sua produção e com poucos espaços de venda, iniciaram seus recebimentos turísticos em 1999, através da criação de um roteiro piloto desenvolvido por estudantes de

Turismo da PUCRS, com apoio da Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Iniciando pelos produtores agroecológicos do Lami.

Assim, segundo a representante da COODESTUR, é em 2006, já com alguns anos de atividade e outros empreendimentos agregados, através de apoio do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) com instrutores da COODESTUR, que se juntam fundando a Associação Porto Alegre Rural e desde então, de forma associativista, buscam parcerias e qualificações para a manutenção da área rural de Porto Alegre, por condições de acesso a mercado e consolidação enquanto produto turístico.

Como foi abordado em seção anterior, segundo Mitchell e Muckosy (2008), o TBC surge em meados dos anos 70, em oposição ao chamado turismo predatório que é aquele que agrava a exclusão de grupos mais vulneráveis e acaba por mercantilizar a cultura. O TBC preza pela participação e o envolvimento da comunidade local. Aqui, com esse questionamento sobre a participação da comunidade no projeto turístico Caminhos Rurais, parece claro que a idealização surgiu com uma percepção de possibilidade de negócios e de desenvolvimento local de ambas as partes. A comunidade participou com suas atividades já em andamento e suas ideias de empreender e a Secretaria de Turismo entrou no projeto o tornando viável, trazendo possibilidade de qualificação aos proprietários e dando maior visibilidade ao Roteiro Turístico.

5.2 IMPACTO DO TURISMO NA ATIVIDADE ORIGINAL E A SAZONALIDADE

Sobre a manutenção da atividade original, a representante da COODESTUR afirma que, por eles acompanharem a evolução da atividade turística no Roteiro e por trabalharem desde sempre com a ideia do turismo como atividade complementar à atividade principal, sabem que todas as propriedades mantêm suas atividades. Quanto à sazonalidade, comenta que no verão a demanda por visitas ao Roteiro Caminhos Rurais cai bastante, pois, nesse período, o fluxo se direciona para o litoral.

Da mesma forma, a representante dos associados afirmou que a atividade original se manteve e que, atualmente, todos os que plantam e os que comercializam, são agroecológicos. Sob o questionamento de alguém ter desistido de plantar para trabalhar apenas com o turismo, a dirigente da Associação, diz:

Não, não. A prioridade, pra todos, é continuar. No caso, o turismo, foi um plus, né?! Uma renda a mais que veio agregar. Mas ninguém deixa de... porque a maioria deles participa das feiras agroecológicas, ou ali do Bom Fim, ou da Tristeza. Então, assim, eles adoram aquilo ali, é a vida deles. E muitos que não eram da feira, que não trabalhavam nisso, estão aderindo agora. E os que eram, tinham outras propriedades, assim, não estavam com o foco direto. Eram agroecológicos para a produção caseira, mas agora passaram a comercializar. E isso é uma coisa que agrega muito até no turismo, né?! Porque as pessoas estão buscando isso aí, a questão do natural, a questão do sem agrotóxico.

O proprietário rural entrevistado, por sua vez, também sobre a atividade original, afirma:

Todos, todos continuam. Ninguém parou de plantar para se dedicar ao turismo. A prioridade é a propriedade rural a atividade pecuária, a agricultura. O turismo é uma segunda opção... que também está para complementar, melhorar de vida, uma alternativa. Porque tem que diversificar. Na propriedade rural é necessário diversificar as atividades, eu acho. Fruticultura, Piscicultura, galinha poedeira, turismo rural, hortigranjeiros...

Aqui, tanto no posicionamento de uma das responsáveis pela direção da Associação quanto no posicionamento de um proprietário rural, se percebe, novamente, o conceito de TBC na prática: a comunidade mantém suas atividades originais gerando renda complementar. E, pela maneira exposta, ambos parecem satisfeitos com essa “prática mista” que mantém o trabalho genuíno das propriedades ao mesmo tempo em que o complementa com o turismo. As informações fornecidas COODESTUR, órgão que acompanha as atividades dos participantes do roteiro Caminhos Rurais, confirma essas declarações

Quando do proprietário rural diz: *“Na propriedade rural é necessário diversificar as atividades, eu acho”* (sic), surge um novo questionamento relacionado a possíveis problemas com sazonalidade. Sobre isso, a representante da associação declara:

Em questão de turismo, a gente até está estudando essas questões porque em meses de muita chuva, acabam cancelando... esse domingo, por exemplo, fez sol, mas tinha previsão de chuva e cancelaram o passeio. Então, assim, até empresa de turismo que cuida dos passeios nos ligou “Vamos fazer uma reunião pra ver o que vocês pretendem... vamos insistir ou vamos cancelar, o que a gente vai fazer?”. E aí foi lançado, inclusive, na última reunião “Gente! O que a gente vai fazer em dia de chuva?”. Tem propriedades que podem receber que daí a gente pensou em fazer vivências... por exemplo, a gente tem um galpão aqui, vai servir um almoço, pode ficar mais um pouco com o pessoal, né?! Vamos fazer uma roda de chimarrão aqui em volta do fogão à lenha, vamos contar a história da propriedade, vamos contar um caso, enfim. Fazer alguma atividade. Foi isso que a gente pensou, né?! De repente conseguir alguém pra cantar, sei lá. Mas a gente está buscando alternativas. Até uma das questões, a gente vai até comprar capas de chuva,

deixar na agência, pra pessoa poder vir... claro que daí não vai poder desfrutar de outra forma, caminhando, enfim... mas igual a gente quer fazer. E isso aí veio ao encontro de uma questão que a gente até teve uma reunião com o pessoal lá da Secretaria, que eles estão fazendo um trabalho agora, vão começar, de Turismo Criativo...

Aqui, a gestora da Associação deixa evidente seu envolvimento e sua preocupação com o futuro do Roteiro Turístico e apresenta discussões sobre possíveis soluções. A partir disso a pergunta é refeita, agora, no sentido da sazonalidade relacionada à atividade original da propriedade, se o turismo havia amenizado esse possível período de baixa produção rural e queda na renda familiar. A representante da associação, de um ponto de vista mais pessoal, pois também fala como proprietária, afirma:

A gente até não trabalha com feira, com essas coisas... mas planta também alguma coisa, né?! Pra nosso consumo... a gente até tem frutíferas que a gente comercializa porque tem uma produção boa, enfim, mas não pra fazer feira. Mas, assim, como já aconteceu, geada, muita chuva... do pessoal perder toda produção. De ficar numa situação muito difícil. Porque tem gente que, realmente, vive exclusivamente disso e aí, realmente, as perdas são grandes. Aí o turismo vem atrás com essa questão... porque se está chovendo também não vem o turista. Por isso que a gente está tentando buscar essas soluções.

O turismo repete-se aqui como uma complementação de renda e, ainda, como uma solução para possíveis épocas de produção baixa ou nula. Por outro lado, pode-se inferir a importância que a proprietária dá ao negócio do turismo, pois nota-se que quando perguntada a respeito da sazonalidade, ela primeiro pensou, e depois insistiu, no período em que recebe menos turistas, ao invés de lembrar da produção ligada à atividade rural.

5.3 INVESTIMENTO E CAPACITAÇÃO

Em uma pergunta sobre o investimento externo e sobre a capacitação dos atores envolvidos, a representante da COODESTUR, destaca:

Houve necessidade de investimento externo para o Fomento do Roteiro. Assim através de parceria com a COODESTUR, foram beneficiados com projeto de TBC financiado pelo MTUR – Ministério do Turismo através da Chamada Pública 01/2008. Este projeto foi executado até 2010 e tinha como objetivo central, diagnosticar, qualificar, roteirizar e promover o desenvolvimento do turismo sustentável os Caminhos Rurais e este como destino de TBC. Após a execução deste projeto, através da COODESTUR

novamente, foi firmado um novo Convênio com o MTUR, com o objetivo de fortalecimento do TBC, qualificação continuada dos serviços ofertados e ampliação de mercado. A associação Porto Alegre Rural, parceira e beneficiária nos dois projetos e a SMTUR foi apoiadora institucional. A COODESTUR foi a entidade Conveniada ao MTUR e responsável pela execução dos projetos. Além destes projetos e dos investimentos realizados pelos próprios empreendedores em especial em infraestrutura, os Caminhos Rurais, também tiveram ações da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), em especial em sua estrutura produtiva, SENAR com qualificações para o Turismo Rural e da Prefeitura em parceria com o MTUR, implantou em 2009 a sinalização turística do acesso via Azenha.

A partir dessas informações, se percebe um envolvimento não só da comunidade como também de órgãos do governo em parcerias e convênios. Na entrevista com a representante da SMTUR, a mesma declarou acreditar que cada propriedade tem as suas particularidades que foram elencadas trazendo a qualificação. Disse que *“Todos eles passaram, no mínimo, por meia dúzia de cursos que foram colocados à disposição pelo SENAR, pela Emater e pelo sindicato rural que também é outro grande parceiro”* (sic). Essa entrevistada acredita na qualificação abrangente:

Nós temos a qualificação da propriedade, a qualificação do empreendedor turístico também, quer seja na composição de custos, enfim, na elaboração, na organização e na melhor apresentação da sua propriedade. Então, eu acho que são ganhos, não é?! O par e passo, que penso que está em uma crescente, sabe?!

A dirigente da Associação responde de maneira mais específica:

Foram cursos bem diretos, assim, da propriedade, né?! De como receber, de gastronomia, de poda, de piscicultura, foram todos nesse sentido. Do SENAR. E, agora, nós estamos tendo cursos do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE). Por que a gente está com esse projeto do SEBRAE, já é o segundo ano. Porque nós ganhamos o atrativo da Copa, em função da proximidade, enfim. Aí agora a gente já está no segundo ano desse projeto. Nós agora terminamos um curso de custos. Tem um roteiro já para o ano inteiro.

Ainda sobre o aprendizado, a dirigente segue falando que realizaram uma visita técnica na Feira de Rio Pardo e já possuem programação para ir a uma feira de agroecológicos em São Paulo. Intitulando “saídas de campo”, conta que em uma dessas saídas, ainda com o Projeto da COODESTUR, foram a Santa Rosa de Lima/SC, onde há um projeto que foi premiado, e que aproveitaram para aprender com eles a questão de documentação para aplicar dentro da Associação Porto Alegre

Rural: *“E eles têm um convênio, se não me engano é com a França, sei que eles são bem conceituados, são bem agroecológicos, são simples, trabalham dentro de uma filosofia, mas eles estão bem organizados”* (sic).

5.4 IMPACTOS NO DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE ORIGINAL

Sobre os impactos no desenvolvimento da atividade original da propriedade analisada, a dirigente da associação, respondendo agora como proprietária do estabelecimento analisado, declara que seu marido esteve presente na propriedade desde a infância e que, durante um tempo, ele trabalhou fora, mas logo desistiu para se dedicar exclusivamente à propriedade. Comenta, ainda, que ela trabalhava fora e que, atualmente, é aposentada. Ao ser questionada sobre o turismo ser uma possível motivação para que se desistisse de qualquer outra atividade externa, a proprietária responde:

Não, ele (o marido) já está há 20 anos aqui. Mas claro que o turismo contribui. Não só na questão financeira, de melhorias... mas muito, também, na questão da autoestima. Porque, no fim, tu trabalha, trabalha, trabalha, e aí tu fica “Será que está bom?”, enfim. E as pessoas te colocam muito pra cima e isso aí é bom. E essa troca de vivências que a gente tem com as pessoas é bem legal, sabe?! Então, pra gente, tem todo esse prazer aí, nessas questões.

Aqui, a proprietária declara que seu marido trabalha há 20 anos exclusivamente na propriedade deixando claro que a vinda do turismo não o induziu a desistir de nenhuma outra atividade que pudesse estar realizando na época de adesão ao projeto. Quanto a ela, evidencia sua satisfação em fazer parte do projeto, valoriza as experiências com os visitantes e deixa claro que sua satisfação não se refere apenas à questão financeira e à de melhorias como também ao bem-estar que a troca de vivências e o reconhecimento proporcionam. Percebe-se, então, a sustentabilidade presente no que diz respeito ao contexto sistêmico. Com base nas afirmações de Brundtland (1987 *apud* CABRERA, [2009]) a complexidade e o equilíbrio das questões econômica, social, cultural e ecológica são essenciais para a efetividade da sustentabilidade e, aqui, percebemos essa aproximação clara do econômico (complemento de renda) com o social (convívio com visitantes), cultural (troca de experiências) e ecológico (preocupação em preservar a natureza).

Ainda sobre os impactos na atividade original, a entrevistada responsável pelo projeto junto à COODESTUR diz não ter essa informação, pois existe atividade turística na região desde 1999 com fluxos e intensidades diferenciadas ao longo deste período, não havendo medição desses impactos. Entretanto, de maneira geral, conclui:

Em especial com os agricultores familiares, através dos projetos da COODESTUR realizados desde 2008, se pode verificar impactos positivos no que diz respeito à qualificação e à ampliação da produção, gerada pela qualificação e ampliação dos canais de distribuição. Visto o trabalho realizado para agregação de valor à produção e associação desta à atividade turística.

Assim, a representante da cooperativa, enfatiza a qualificação e a ampliação da produção das propriedades participantes do Roteiro, através de projetos da COODESTUR. Tanto a proprietária rural quanto a representante da COODESTUR, em suas respostas, mais uma vez, reiteram a prática do TBC no projeto, nesse caso, remetendo ao conceito de ser uma modalidade do turismo sustentável cujo foco principal é o bem-estar e a geração de benefícios para a comunidade receptora (BURSZRYN; BARTHOLO; DELAMARO, 2009).

5.5 VANTAGENS E DESVANTAGENS

A respeito das vantagens e desvantagens pós-adesão ao Projeto Caminhos Rurais, a dirigente da Associação e também proprietária rural do empreendimento analisado por essa pesquisa, cita como vantagem, novamente, a questão financeira como complemento à renda, a questão do bem-estar pessoal, da autoestima e da motivação de manter a propriedade sempre em dia com suas instalações. Quanto às desvantagens, desabafa:

Desvantagens, assim, a gente tem muita dificuldade de mão-de-obra, daí a gente trabalha muito. Toda essa parte aqui de fora (área externa da propriedade) é o meu marido que mantém, sabe? Aí tem as questões da casa, enfim. É bem trabalhoso.

Como proprietária rural, essa entrevistada cita como desvantagem a dificuldade que se tem em obter mão-de-obra e, inclusive, diz não conseguir uma diarista para sua casa. Comenta, ainda, da dificuldade de conseguir alguém que cumpra, com efetividade, as atividades propostas e afirma: *“Já teve um rodízio muito grande, às*

vezes, *tu tem que te submeter a algumas coisas...*” (sic). Ao ser questionada, então, sobre uma possível capacitação da comunidade (e não só capacitação dos proprietários rurais) para redução dessa dificuldade, afirma:

Então o que a gente faz? Sempre pega a mão-de-obra da comunidade. Porque essa questão do turismo, proporciona também ao comércio, desde o mercado, posto de gasolina, material de construção, né?! E, quanto à mão-de-obra, pra trabalhar com a gente, também, né?

A representante da SMTUR, ao responder a mesma pergunta, diz acreditar em um reconhecimento do espaço, em uma valorização pessoal para os empreendedores, em uma maior perspectiva de desenvolvimento de atividades e aponta a pressão imobiliária e o impasse sobre o pagamento do imposto sobre o território como desvantagens:

Já se faz uma pressão, e Porto Alegre sofre uma pressão de desenvolvimento da área... [...] da área da zona sul, né?...que eles tem um pouco de uma área rural, que é uma pressão imobiliária também e... de outras questões industriais também e o impacto no meio ambiente dessa zona rural, zona “rurbana”, o que que ela impõe, o imposto que eles têm que pagar, então isso tava... isso tá fazendo com que a maioria dos... a maior parte dos empresários saísse do meio rural ali, né?

Porto Alegre substituiu a intitulação “zona rural” por “zona rururbana” o que, segundo os quatro entrevistados para esta pesquisa, trouxe dúvidas sobre o pagamento do Imposto sobre a Propriedade predial e Territorial Urbana (IPTU) e do Imposto sobre a propriedade Territorial Rural (ITR); na propriedade analisada o pagamento é realizado diretamente na Prefeitura com guia de pagamento de ITR, sem atuais prejuízos ou preocupações a esse respeito. Assim, não será abordada a questão jurídica na presente pesquisa, porém, pode-se inferir que o fato da SMTUR lembrar do fato como desvantagem pode indicar que outras propriedades enfrentem problemas nesse sentido, sendo um registro importante para pesquisas futuras que desejem ampliar o trabalho aqui iniciado.

Complementando e já citando como algo que, em sua opinião, é ponto fraco, a representante da SMTUR, expõe:

[...] também porque tem muita confusão nessas questões do turismo rural, as pessoas querem rusticidade e autenticidade, mas elas querem muito, muito conforto, elas querem qualidade dos serviços e isso sempre, sempre foi, e ainda é, dentro do seguimento, assim, calcanhar de Aquiles, sabe, porque tu

encontrar esse equilíbrio não é fácil. Rusticidade, sim, autenticidade, sim, mas com muita organização, com muito conforto, com bons serviços e com preços muito justos também, sabe.

Respondendo à questão, a representante da SMTUR demonstra satisfação pelas parcerias existentes e pela cumplicidade nas realizações e demonstra também preocupação com relação a necessidade de constante reorganização das propriedades para manter o visitante satisfeito. Por outro lado, a dirigente da associação, em sua resposta ao mesmo questionamento, apresenta uma visão mais global enfatizando a percepção do TBC no Roteiro onde, esse, age em toda comunidade trazendo desenvolvimento. Aqui o TBC entende a atividade turística como um subsistema interconectado a outros subsistemas (por exemplo: saúde, meio ambiente, transporte), desenha um projeto de desenvolvimento territorial sistêmico, ou seja, sustentável a partir da própria comunidade e forma um arranjo socioprodutivo de base comunitária, fomentando a convivência entre a comunidade local e os visitantes de forma harmoniosa, superando a mera relação comercial (SAMPAIO; BERBERI; DREHER, 2006).

5.6 COMERCIALIZAÇÃO DO ROTEIRO/ ATRATIVO E PRODUTO TURÍSTICO

Com relação ao questionamento a respeito da comercialização do Roteiro e de seus principais atrativos, a representante da COODESTUR, considera como principal atrativo a frase de apoio adotada no conceito promocional do Projeto e que está nos materiais promocionais: “Na mesma cidade um outro mundo”. Já a SMTUR, através de sua representante, responde de maneira mais ampla expondo a existência do Roteiro chamado “Domingo no Campo” que é um roteiro que sai todos os domingos do Parque da Redenção, onde se visita durante o dia três propriedades e em uma delas se tem almoço. Afirma, ainda, que o roteiro é elaborado e operado por uma agência juntamente com um transportador e que o Roteiro possui, inclusive, ônibus customizado dos Caminhos Rurais. A representante da SMTUR, sobre o questionamento de a Secretaria ser responsável pela divulgação do Roteiro, responde:

Direta divulgação, nós temos alguns produtos assim muito [ênfase] genuínos, muito bacanas. Um deles é a Cavalgada da Lua Cheia também. [...] Esse é um produto bacana também que a gente estimulou e muito assim, a

secretaria faz, eu acho e penso que essa deve ser a grande função da secretaria: fazer esse acompanhamento pra apresentar possibilidades de qualificação. E nós trabalhamos muito na qualificação do empreendedor não é?! Estimulando a qualificação do empreendimento.

Quanto à integração do Roteiro em uma comercialização do projeto durante a Copa do Mundo de 2014, a representante da associação, diz que, no momento, o foco são as infraestruturas para o evento:

Nós estamos focados na infra sabe, mas nós queremos, nós conhecemos não é?! Nós conhecemos o perfil do visitante da Copa que é aquele rapaz, na sua grande maioria, solteiro, que vem com amigos e que quer muita animação. Mas nós sabemos também, quer dizer, nós vamos detalhar melhor, preparar esses produtos que vamos botar na prateleira Copa a partir do momento que conhecermos as seleções que aqui vão jogar. Porque se, vocês imaginem assim, a Argentina e Uruguai jogarem aqui... vocês imaginam que nós seremos invadidos, sabe?! [...] Então assim, a partir desse público, dessas seleções não é, nós vamos melhor preparar esses produtos. [...] Mas imagina que venha uma seleção da Alemanha, da Itália, também... Considerando as nossas raízes, vai vir muito não é?! Vai vir muito de família também sabe?! E nós temos capacidade também, os Caminhos Rurais também não serão invadidos não é, nem isso que queremos. Nunca fomos até agora não é isso que vamos incentivar, mas certamente estaremos preparados pra receber essa famílias.

A representante da SMTUR comenta, também, sobre as outras inúmeras oportunidades de comercialização que o Roteiro apresenta:

Os Caminhos Rurais favorecem a organização de muitos roteiros, sabe?! Eu posso preparar pra escolas, eu posso preparar pra famílias, eu posso preparar pra terceira idade, enfim, não se esgota sabe. Eu posso pros amantes não é de, da equitação eu posso preparar [...], enfim, nós temos muitas possibilidades pra organização de vários roteiros, tanto é que o nosso Domingo no Campo ele estimula isso. A cada domingo nós temos um novo roteiro, são distintas propriedades que nós podemos conhecer. Então, enfim, temos todas as possibilidades.

Sobre esse assunto de comercialização do Roteiro durante a da Copa do Mundo em 2014, a proprietária rural e dirigente da Associação declara:

Eu acho que algumas agências já estão trabalhando com guias bilíngues, no caso, né? Mas as agências, só. Nós nos escrevemos no Pronatec (Programa Nacional de acesso ao Ensino Técnico e Emprego) o inglês... aquela coisa bem básica, que no fim até acho que a gente já sabe... mas nós vamos fazer igual...

A esse respeito, o proprietário do empreendimento que é objeto de análise dessa pesquisa, declara: *“Estão contratando gente assim. Nós também, temos uns cursos aí... inglês básico, né? Os taxistas também estão nessa... garçons...”* (sic).

Analisando as respostas dos proprietários e da SMTUR, são percebidas as tendências da demanda contemporânea mundial que levam o turismo a conquistar espaços e incorporar atrativos à sua oferta. Relacionando à teoria, neste contexto, diversos microempreendimentos familiares, cooperativos e comunitários enriquecem a oferta turística em âmbitos local, nacional e internacional, incorporando “um turismo com selo próprio”, partindo da combinação de atributos únicos e originais (MALDONADO, 2009). Nas declarações é notável o cuidado com a satisfação do visitante e do proprietário rural e também com a preservação do ambiente, ficando clara a prática do TBC que preza, justamente, pela troca de experiências, porém, respeitando a autenticidade de cada local e produzindo um efeito positivo tanto para turistas como para moradores da comunidade local.

5.7 PARTICIPAÇÃO DA COODESTUR NO PROJETO

Sobre a participação da COODESTUR no projeto, a representante da SMTUR, elogia a cooperativa pelo trabalho:

A COODESTUR, na verdade, fez uma bela captação de recursos não é?! Porque o Ministério fez uma chamada de projetos pro TBC e a COODESTUR foi uma das que se mostrou assim excelente sabe, excelente proposta, foi muito bem cotada, trouxe um dinheiro bacana pra fazer essa parte de gestão, essa parte de promoção, essa parte de organização de marca, de estrutura do site.

A representante da cooperativa a qual é foco do questionamento, quando entrevistada, acrescenta:

Para mim e “turisticamente falando”, os Caminhos Rurais é um Roteiro Turístico que foi estruturado por meio de vários projetos! Ele não é o projeto em si! [risos] Mas posso te dizer que os Caminhos Rurais é muito mais do que um Roteiro! É um espaço de defesa da área rural de Porto Alegre, que foi derrubada pelo Plano Diretor da cidade! Uma de suas motivações de surgimento lá em 1999 já era a necessidade de defesa junto à especulação imobiliária na região, e ainda hoje, esta é a maior demanda das comunidades dos 11 bairros que abrange! O turismo naquela região serve para mostrar a seus visitantes a necessidade de proteção destes espaços naturais que sobrevivem em harmonia com a produção rural naquela região desde a formação da cidade! A frase “na mesma cidade um outro mundo” pretendia isto! Mostrar que em uma capital de Estado urbanizada, ainda existe um

“outro mundo”, que precisa ser conhecido e preservado por todos!! Sou bem suspeita para falar [risos]... visto que sou uma das que começou com eles lá em 1999. Segui com eles em vários momentos voluntariamente, em outros prestando serviços via Prefeitura, via SENAR, via COODESTUR. E seguirei atuando na defesa deles! Da zona “RURAL” e NATURAL de Porto Alegre!

A declaração da representante da COODESTUR enfatiza a resposta da representante da SMTUR. Na responsabilidade do projeto junto à COODESTUR, mostra-se bastante envolvida e satisfeita com o projeto e, além disso, disposta a seguir na defesa do espaço e do projeto.

Novamente, fica evidente a motivação por manter o espaço natural, sobrevivendo harmonicamente com a produção rural da região. Na teoria, os conceitos demonstram a preocupação com o desenvolvimento sustentável das comunidades, bem como da participação do visitante/turista no contexto local. Krippendorf (2001) alerta para a perda do autocontrole da população nativa, quando do rápido desenvolvimento do turismo sem o devido planejamento e sem analisar os custos sociais da atividade turística; nesse aspecto, a COODESTUR representa aqui o planejamento trazendo, com sua participação, maior segurança e credibilidade ao projeto.

5.8 TURISMO COMO COMPLEMENTO DE RENDA

Ao ser questionado, agora diretamente, sobre um possível complemento de renda vindo do turismo, o proprietário rural do empreendimento analisado nessa pesquisa, respondeu que *“Em termos de renda familiar, tudo, crescemos. Até para fazer investimentos, né? Para o turismo...”* (sic). Já a representante da SMTUR, enfatiza ser apenas um complemento dizendo, inclusive, que os empreendedores do Roteiro tinham consciência desse formato:

Nós já fomos distinguidos nacionalmente pelos Caminhos Rurais de Porto Alegre então, isso aí, nos enche de orgulho... saber que a gente, pelo menos, está num caminho não é?! Porque eu sempre levei muito medo dessas pessoas que queriam que o turismo fosse a salvação da lavoura, não é?! Então, eu acho que esse componente nós não tivemos com os nossos empreendedores, sabe?! Eles entenderam, até porque já vinham de uma caminhada, já vinham recebendo que aquilo era um lugar... Um complemento. Um complemento bastante razoável de renda, mas era um complemento sabe?! Que na verdade esse complemento só existia se mantivessem a produção, o que estava posto, não é?!

Além disso, a representante da SMTUR complementou:

A essência, quer dizer, e o foco de atração é a produção, não é?! Então isso é o bacana e, na verdade, os nossos Caminhos Rurais é o turismo no espaço rural, porque nós queremos que as pessoas visitem nossas propriedades, curtam as nossas propriedades, mas que elas vão na loja de artesanato que tem, sabe?! Que comprem o vinho produzido também na região, comam o pastel do Kiko, não é?! Que é um bar que tem, enfim. Então é um conjunto de atividades que nos levam pra zona sul, essa zona bem bacana que as pessoas se surpreendem, é uma coisa muito legal.

Aqui, novamente, surge o conceito de TBC no que se refere às propriedades manterem as atividades originais aumentando a renda apenas de forma complementar. A comunidade mantendo suas atividades, praticando o turismo de forma sustentável, agregando valor ao serviço oferecido, preservando o ambiente e gerando renda complementar à comunidade consolida o TBC.

5.9 CUMPRIMENTO DOS OBJETIVOS / PLANEJAMENTO

Quando questionada sobre o andamento do projeto e sobre o cumprimento dos objetivos iniciais, a representante da SMTUR diz que estão focados nos projetos de infraestrutura para a Copa do Mundo e estão momentaneamente sem um responsável direto para acompanhar o desenvolvimento do Roteiro, porém, demonstra satisfação com os atuais resultados:

Eu, eu acredito que sim, eu acredito que estejam sendo cumpridos, porque quando nós juntamos essas contas, ou assim, aproximamos, tentamos aproximar esses produtores [...] Tem uma associação, enfim, não é?! Esse conjunto de gente que quer trabalhar no turismo, mas que quer trabalhar com a produção e entende que isso é uma possibilidade de manter seus filhos ali, de ter qualidade sabe?! Eu acho que é qualidade de vida que eles também estão nos dando, sabe?! Porque a partir dessa manutenção, dessa área, quer dizer, quem está ganhando também somos nós, não é?! Ok, eles ganham de maneira individualizada, porque, enfim, escolheram trabalhar a terra ou querem seguir morando nesses ambientes bem bacanas, mas dá muito trabalho também porque toda produção requer muito trabalho, um arregaçar de mangas. Que nem nós não temos sábado nem domingo, não é?! No turismo também não tem em sua grande maioria [...] mas eu penso que é, enfim, essa manutenção, sabe?! Está andando bem. Então assim, porque nós acompanhamos assim par e par por muito tempo e estruturamos, conversamos, foi feito o diagnóstico de cada propriedade.

Sobre o planejamento futuro, a dirigente da Associação Porto Alegre Rural fala sobre a necessidade de um melhor desenvolvimento:

Isso aí é uma coisa que a gente tem que trabalhar. Tem o GT (Grupo de Trabalho) também de planejamento que seria, no caso, a diretoria, né?! E isso é uma coisa que a gente está um pouco carente, a gente até vai ter, eu acho, um treinamento sobre isso. Que é essa organização. Dentro das reuniões a gente procura, no caso, resolver as coisas do mês e já vislumbrar as coisas para o próximo mês ou mais adiante. [...] Mas a gente está trabalhando pra isso aí... eu acho que está um pouco carente ainda essa questão. Porque uma coisa assim [...] a questão do tempo é um fator, assim, bem determinante porque a gente dispõe de pouco tempo... tem muita coisa pra fazer, a gente se envolve... e todo mundo, né... pessoal que trabalha na roça, aí acorda cedo, enfim. Isso aí é uma coisa que eu acho que as pessoas ainda tem que se organizar um pouco pra se dedicar a essa questão do turismo. Tem pessoas que já estão mais profissionalizadas no sentido, assim, de que já tem uma equipe, né?! [...] Mas, por exemplo, aqui é só eu e o meu marido... e outras propriedades que é só uma, aí já é um pouco mais complicado tu conseguir conciliar essa questão de tempo. Aí, claro, a gente tem que sair, tem que resolver coisas da Associação, né?! E reuniões, enfim, eventos... isso aí, às vezes, não é que atrapalhe, mas... tu deixa uma coisa tua de lado pra poder, né... tu tem que priorizar...

A dirigente da Associação, fala, ainda, que acontecem reuniões toda primeira segunda-feira do mês onde são expostos os questionamentos e as melhorias. Conta, inclusive, que às vezes se incomoda com alguns associados que acabam não colaborando tanto na divulgação do Roteiro, porém, diz compreender que não é tarefa fácil conciliar todas as atividades.

Conforme mencionado na seção 3.3, foram estabelecidas categorias de análise para essa pesquisa. O Quadro 7 traz o resultado encontrado em cada uma delas.

Quadro 7: Resultados nas categorias analisadas

Participação Comunitária no projeto	Efetiva
Tipo de atividade originalmente exercida	Agricultura
Presença de sazonalidade na atividade original	Maior preocupação com a sazonalidade no turismo do que na agricultura
Forma de administração da instituição (familiar, profissional)	Familiar
Necessidade de investimentos para aderir ao TBC	Houve investimento próprio na infraestrutura
Necessidade de capacitação para atuar no TBC	Capacitação constante suportada com recursos públicos
Impactos do TBC no desenvolvimento da atividade original	Positivos, capacitações incluíram aprimoramento da atividade original
Diagnóstico das vantagens e desvantagens para a comunidade local do TBC	Vantagens: Bem-estar; elevação da autoestima; motivação para manter atividade original e cuidar da propriedade; complemento de renda. Desvantagens: Dificuldade em conseguir mão-de-obra local sobrecarrega os proprietários.
Motivo de adesão ao TBC	Diversificação da atividade rural

Fonte: Elaborado pela autora.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa respondeu a questionamentos sobre a efetividade do TBC no Roteiro Turístico Caminhos Rurais. Foi constatado que, de fato, existe a prática do TBC nesse Roteiro em Porto Alegre, especialmente, na propriedade participante do Roteiro que foi objeto desse estudo de caso. Um dos objetivos desse estudo era identificar a participação comunitária na criação do Roteiro onde concluiu-se que essa prática contou, sim, com a participação comunitária na idealização do projeto comprovando, ainda mais, a efetividade desse tipo de turismo na região. Conforme entrevistas realizadas com os envolvidos, foi exposto que o interesse surgiu tanto por parte da comunidade como por parte da secretaria de turismo que identificaram, ali, uma oportunidade de negócios e de desenvolvimento. Outro dos objetivos era verificar o impacto do turismo na atividade original dos proprietários do empreendimento analisado e, assim, foi constatado que a propriedade mantém suas atividades originais sendo o turismo uma atividade que gera renda complementar sem se tornar a atividade exclusiva dos proprietários, caracterizando, também assim, o TBC.

O estudo objetivava, ainda, identificar as mudanças decorrentes da prática do turismo e o quanto a adesão ao projeto influenciou financeiramente na propriedade analisada. Como vantagem da adesão ao Roteiro, concluiu-se que o bem-estar, a autoestima dos proprietários envolvidos, a motivação de manter a propriedade sempre bem apresentável e, especialmente, a renda complementar vinda do turismo trouxeram benefícios para a comunidade local. Além disso toda a qualificação em cursos e socialização que os proprietários rurais tiveram garante uma comunidade mais envolvida e, conseqüentemente, em constante desenvolvimento. A grande proximidade da capital com uma área rural também contribui beneficiando mais do que a comunidade, beneficiando a cidade de Porto Alegre por ter o diferencial de ser uma metrópole com essa possibilidade turística tão próxima.

Como desvantagem, foi constatada a dificuldade em se obter mão-de-obra qualificada para as atividades de manutenção das propriedades e, além disso, a especulação imobiliária que vem acontecendo no local parece, também, ser uma preocupação para a comunidade.

O modelo de desenvolvimento territorial sistêmico, ou seja, sustentável a partir da própria comunidade também se apresenta como um benefício do Roteiro onde toda a comunidade acaba se desenvolvendo em decorrência da prática do turismo na

região. Estabelecimentos comerciais lucram com a presença de visitantes na área rural, o consumo em diversos setores cresce gerando, assim, aumento de renda e do desenvolvimento interno.

Os impactos na comunidade com a prática do TBC foram, então, bastante favoráveis onde a capacitação profissional, a autoestima dos proprietários rurais, a troca de experiências e o complemento de renda trouxeram desenvolvimento para os envolvidos e proporcionaram novas e agregadoras experiências. O estudo de caso apresentou vantagens e desvantagens dessa nova prática e algumas das desvantagens identificadas, como a indefinição do imposto territorial e a especulação imobiliária na região, não foram pesquisadas a fundo nesse trabalho sendo, dessa maneira, possibilidades de estudos futuros para novos pesquisadores.

REFERÊNCIAS

- ANDRE, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Estudo de caso em pesquisa e avaliação educacional**. Brasília: Liberlivros, 2005.
- BRASIL. Ministério do Turismo. **Plano Nacional de Turismo 2007-2010: uma viagem de inclusão**. Brasília, 2007.
- BRASIL. Ministério do Turismo. **Turismo de Base Comunitária**. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/programas_acoess/regionizacao_turismo/downloads_regionalizacao/Catlogo_Mtur_NOVO.pdf>. Acesso em: 1 ago 2012.
- BURSZTYN, Ivan; BARTHOLO, Roberto; DELAMARO, Maurício. Turismo para quem? Sobre caminhos de desenvolvimento e alternativas para o turismo no Brasil". In: Bartholo, Roberto; Sansolo, Davis; Bursztyn, Ivan. (Orgs.). **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro, Letras e imagem, 2009. p. 76-91.
- CABRERA, Luiz Carlos. **Afinal, o que é sustentabilidade?** Maio, 2009. Disponível em:<http://planetasustentavel.abril.com.br/noticia/desenvolvimento/conteudo_474382.shtml>. Acesso em: 14 nov. 2012.
- CAMINHOS RURAIS DE PORTO ALEGRE – RS. **Quem Somos**. Disponível em: <<http://www.caminhosrurais.tur.br/>>. Acesso em: 04 out. 2012.
- CHOI, HwanSuk Chris; SIRAKAYA, Ercan. Sustainability indicators for managing community tourism. **Tourism Management**, v. 27, p.1274-1289, 2006.
- FERNANDES, Lindomar. **Um outro turismo é possível. Seminário**. In: Fórum Social Mundial 2005. Porto Alegre, 2005. Disponível em: <<http://www.fboms.org.br/files/TURISMOFSM2005.pdf>>. Acesso em: 22 maio 2013.
- FLORES E SILVA, Yolanda. Pobreza, Violência e Crime: Conflitos e Impactos Sociais do turismo sem Responsabilidade Social. In: BANDUCCI Júnior, Álvaro; BARRETO, Margarita (Org.) **Turismo e Identidade Local: uma visão antropológica**. 2. ed. Campinas: Papirus, 2001.
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa Qualitativa, Tipos Fundamentais. **Revista de Administração de Empresas/EAESP/FGV**, São Paulo, v. 35, n. 4, p. 65-71, 1995.
- GRANJA LIA. **Agricultura, Pecuária e Turismo Rural**. [2013]. Disponível em: <<http://www.granjalia.com.br/>>. Acesso em: 13 maio 2013.
- JACOBI, Pedro. Educação Ambiental, Cidadania e Sustentabilidade. **Cadernos de Pesquisa**, n. 118, p. 189-205, mar. 2003.

KRIPPENDORF, Jost. **Sociologia do turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens**. São Paulo: Aleph, 2001.

MALDONADO, Carlos. O Turismo Rural Comunitário na América Latina. In: BARTHOLO, Roberto; SAN SOLO, Davis Gruber; BURSZTYN, Ivan. **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

MIELKE, Eduardo Jorge. **Desenvolvimento turístico de base comunitária**. Campinas / SP: Alínea, 2009.

MITCHELL, Jonathan; MUCKOSY, Pam. A misguided quest: Community-based tourism in Latin America. Opinion. **Overseas Development Institute**. p.102-103, Mai, 2008.

MORAIS, Luiz Fernando; WEBBER, Mauri. **Melhor Prática vencedora: Atrativos Turísticos (Capital)**. 2010. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/noticias/acontece/download_acontece/Porto_Alegre_-_Atrativos_Turxsticos_RELATOS_MELHORES_PRxTICAS.pdf>. Acesso em: 4 out. 2012.

OMT. Organização Mundial do Turismo. **Código Mundial de Ética no Turismo**. 1999. Disponível em: <www.uff.br/entretete/index_files/codigo_de_etica_mundial.doc>. Acesso em: 14 out. 2010.

OMT. Organização Mundial do Turismo. **Impactos Socioculturais do Turismo - Esquema global dos impactos socioculturais do turismo**. 1997.

PMPA. PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE. **Geografia**. Disponível em: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/turismo/default.php?p_secao=258>. Acesso em: 17 jun. 2013.

PORTAL VIAGENS E TURISMO. **Prainha do Canto Verde CE**. Disponível em: <<http://www.viagenseturismo.tur.br/beberibe/&docid=x11kx6hxkj6bBM&imgurl=h>>. Acesso em: 20 maio 2013.

PORTO, Carmem Rejane Pacheco. **Indicadores de sustentabilidade: uma construção a partir da percepção do visitante nos Caminhos Rurais de Porto Alegre**. Programa de Pós-Graduação em Geografia, UFRGS, Brasil – ELECS, 2009.

RUSCHEINSKY, Aloísio. **Sustentabilidade uma paixão em movimento**. Porto Alegre: Sulina, 2004.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Organização: Paula Yone Stroh. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce et al. Arranjo socioprodutivo de sabe comunitária: análise comparativa de experiências de turismo comunitário no Brasil e Chile. In: SANTOS, Carlos Honorato Schuch; BASSANESI, Magda Medianeira Reginato. **Turismo e Redes: um novo caminho para a organização no início do século XXI.** Caxias do Sul: EDUCS, 2010.

SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. **Turismo como fenômeno humano: princípios para se pensar a socioeconomia e sua prática sob a denominação turismo comunitário.** Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005.

SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce; BERBERI, André; DREHER, Marialva. **Arranjo socioprodutivo local de base comunitária.** In: III Encontro da Associação Nacional de Pós-graduação e pesquisa em ambiente e sociedade (Anppas), Brasília-DF, 2006.

SCHÄRER, René. Turismo Sustentável: um estudo de caso sobre a experiência da comunidade da Prainha do Canto Verde no litoral do Ceará. **Revista de Turismo y Patrimonio Cultural.** v. 1, n. 2, p. 231-242, 2003.

SOLLER, Juliene Da; BORGUETTI, Cristiano. RELATÓRIO TÉCNICO. **Determinação da Capacidade de Carga Turística nos Caminhos Rurais de Porto Alegre.** Pedras Recursos Naturais Ltda. Estado do Rio Grande do Sul. Município de Porto Alegre. Agosto 2011.

THE THAILAND COMMUNITY BASED TOURISM INSTITUTE. Disponível em: <www.cbt-i.org/main.php?&lang=en>. Acesso em: 28 jul. 2012.

YIN, R. K. **Estudo de Caso – Planejamento e Métodos,** 4^a. ed, Porto Alegre, Bookman, 2010.

ANEXO A – ROTEIRO COM EQUIPE GESTORA DO PROJETO

Roteiro entrevista equipe gestora projeto

Nome:

Formação:

Idade:

Atividade que exerce:

Informações gerais sobre a organização gestora: forma de adm, quantidade de funcionários, lucratividade mensal, formas de divulgação, parceiros...

- 1) Quando e como o projeto teve início? Qual foi a motivação principal? Como ocorreu todo este processo? A comunidade participou da idealização?
- 2) Qual era a atividade originalmente exercida na comunidade? Ainda continuam ou foi substituída pela atividade turística? Existiam problemas de sazonalidade na atividade original?
- 3) Qual a forma de constituição legal da instituição? Como foi idealizada?
- 4) Houve necessidade de investimento externo à comunidade para que o projeto fosse efetivamente implementado? E a capacitação dos atores envolvidos, como ocorreu? Todos participaram?
- 5) Quais os impactos do turismo no desenvolvimento da atividade original?
- 6) Quais as vantagens e desvantagens (impactos) percebidas desde o início do projeto?
- 7) Qual a principal forma de comercialização do roteiro? Qual o principal público interessado e de destino?
- 8) Qual o atual estágio do projeto? Existia um planejamento inicial? Este está sendo cumprido? As metas idealizadas foram alcançadas? Quais as principais dificuldades encontradas?
- 9) Qual o principal atrativo do projeto? De que forma é ou pode se tornar um produto turístico de visibilidade no RS?

ANEXO B – ROTEIRO COM ATORES LOCAIS

Entrevistas com os atores locais (proprietários dos empreendimentos, moradores locais, organizações envolvidas)

Nome:

Formação:

Idade:

Atividade que exerce:

- 1) Qual era a atividade originalmente exercida? Ainda continua ou foi substituída pela atividade turística? Existiam problemas de sazonalidade na atividade original? De onde surgiu a ideia desse projeto? Como você ficou sabendo do projeto? Você conhece projetos semelhantes em outras cidades ou estados? Qual foi a motivação para aderir ao projeto?
- 2) Houve necessidade de investimento extra no seu empreendimento para que pudesse participar do projeto?
- 3) Foi preciso realizar capacitações? De que forma ocorreram?
- 4) Quais os impactos do turismo no desenvolvimento da atividade original?
- 5) Quais as vantagens e desvantagens (impactos) percebidas desde o início do projeto?
- 6) Como ocorre a interação com a equipe gestora (associação)? O projeto foi e é pensado de forma colaborativa?
- 7) Após a adesão ao projeto, ocorreu um complemento de renda (verificar quanto cresceu)?